

JOSÉ ROBERTO SILVA ANDRADE

**SAIA DA CAVERNA! DE PLATÃO A PAULO FREIRE, UM
CONVITE A REFLEXÃO FILOSÓFICA ACERCA DA
RELAÇÃO ENTRE IGNORÂNCIA, CONHECIMENTO E
LIBERDADE.**

UBERLÂNDIA – MG

2022

JOSÉ ROBERTO SILVA ANDRADE

**SAIA DA CAVERNA! DE PLATÃO A PAULO FREIRE, UM
CONVITE A REFLEXÃO FILOSÓFICA ACERCA DA
RELAÇÃO ENTRE IGNORÂNCIA, CONHECIMENTO E
LIBERDADE.**

Apresentação como requisito para obtenção de título de mestre do curso de pós-graduação em filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade federal de Uberlândia. Sob a orientação do professor: Dr. José Benedito de Almeida Júnior.

UBERLÂNDIA – MG

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A553 Andrade, José Roberto Silva, 1982-
2022 Saia da caverna: de Platão a Paulo Freire, um convite
à reflexão filosófica acerca da relação entre
ignorância, conhecimento e liberdade. [recurso
eletrônico] / José Roberto Silva Andrade. - 2022.

Orientador: José Benedito de Almeida Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.385>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Filosofia. I. Almeida Júnior, José Benedito de ,
1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: 3239-4558 - www.posfil.iflo.ufu.br - posfil@fafcs.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 005 SEI, PPGFIL				
Data:	Cinco de agosto de dois mil e vinte dois	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	12012FIL008				
Nome do Discente:	José Roberto Silva Andrade				
Título do Trabalho:	Saia da caverna: de Platão a Paulo Freire, um convite à reflexão filosófica à cerca da relação entre ignorância, conhecimento e liberdade				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	História, cultura e sociedade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Concepções de conhecimento e antropologia na história do pensamento ocidental				

Reuniu-se sala web conferência Meet Google, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Elisete Medianeira Tomazetti (UFSM); Ged Guimarães (PPGIELT/UEG); Luiz Carlos Santos da Silva (UFU); José Benedito de Almeida Júnior (UFU) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). José Benedito de Almeida Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Benedito de Almeida Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Santos da Silva, Presidente**, em 08/08/2022, às



16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisete Medianeira Tomazetti, Usuário Externo**, em 09/08/2022, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GED GUIMARÃES, Usuário Externo**, em 10/08/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3801294** e o código CRC **99639B00**.

Aos meus familiares, em especial minha filha. A todos aqueles que vivenciam comigo a luta diária no exercício da docência, mas, sobretudo, a todas as vítimas da ignorância espalhadas pelo globo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desta jornada em busca do título de mestrado, ao instituto de filosofia e à coordenação da pós-graduação de filosofia da Universidade federal de Uberlândia. Agradeço também a banca avaliadora que aceitou participar deste momento ímpar de minha vida. Finalmente, agradeço em especial a minha família, amigos e meu orientador José Benedito. Muito obrigado.

“Fazer mestrado e ministrar aulas ao mesmo tempo é uma falácia liberal.”

José Roberto

RESUMO

O trabalho a seguir aborda filosoficamente os temas da educação, da liberdade e os males da ignorância. Usando como referência a educação pela liberdade a partir da teoria do filósofo e pedagogo Paulo Freire, nossa proposta aqui será apresentada como uma filosofia pelos oprimidos. Será traçada uma relação com a prática da dialética socrática, o que nos faz buscar as referências filosóficas na maiêutica como método educacional, isso a partir da obra de Platão. Portanto, nos capítulos que se seguem a relação entre liberdade, conhecimento e ignorância será analisada sob a ótica dos conceitos platônicos e freirianos. A relação entre ignorância, a privação de liberdade e a educação permite encontrar nuances na realidade educacional em diversos períodos históricos no Brasil dando lastro a proposta freiriana como atemporal. Nessa esteira, a relevância desta pesquisa está pautada na demonstração da legitimação do método freiriano de educação na proposta filosófica socrático/platônica. Dito isso, a ideia de uma educação pela liberdade se apresenta como uma superação não só da ignorância que exclui socialmente, mas também da falácia da liberdade individual que se sobrepõe aos interesses coletivos. Nesse sentido, traremos a luz a filosofia política de Jean Jacques Rousseau, que nos traz a tese de que a única liberdade possível é aquela garantida pela lei. Onde não há lei, não há liberdade. Assim, a reflexão acadêmica deste, visa questionar essa legitimação das liberdades individuais que se sobrepõe aos interesses coletivos. Não, não há liberdade quando essa se apresenta como um direito de oprimir os outros, seja em Platão ou em Paulo Freire, oprimir o outro não é liberdade, é na verdade ignorância. Sob essa ótica, imperioso destacar que esse texto tenta de forma embrionária discutir e refletir sobre tais questões, onde esperamos evidenciar a ignorância como uma mazela. A ideia proposta é destacar que o conhecimento representa a verdadeira liberdade, de forma que ele se torne o grande foco das existências humanas em todos os contextos e classes sociais.

Palavras-chave: ignorância; liberdade; conhecimento.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Sócrates e Platão: liberdade, conhecimento e ignorância.....	10
3. Paulo Freire: liberdade, conhecimento e opressão.....	34
4. A ignorância política.....	56
5. Conclusão.....	66
6. Referências Bibliográficas.....	69

INTRODUÇÃO

“A população geral não sabe o que está acontecendo, e eles nem sequer sabem que não sabem.”

Noam Chomsky

Há muita literatura ligada ao tema da filosofia da educação, contrariamente ao que concerne aos efeitos da privação do conhecimento e, ainda menos, ao que diz respeito não a uma educação técnica ou um saber prático das diversas ocupações profissionais que existem, mas, sim, de um conhecimento de mundo, de ser no mundo. Neste sentido, a realização deste estudo, foi motivada e cimentada pelo gosto e interesse em uma proposta educacional nas escolas que vão além do saber prático e profissional, mas, por um saber pelo prazer do conhecimento, além do mais, principalmente pela convivência na área da docência com a mazela da ignorância e o quão mal ela faz no âmbito social e político. Assim, o problema levantado prende-se, muito, com experiências profissionais vividas. Com ele, procura-se contribuir com um texto que ajude a ultrapassar a simples reprodução dos conceitos aqui tratados. Por outro lado, o rigor teórico não se limita jamais; os recortes nas filosofias da educação aqui apresentadas, a dizer, Sócrates, Platão e Paulo Freire tem como objetivo fundamental possibilitar debater o tema de uma forma mais atual possível, por intermédio da visualização e observação dos conceitos, bem como das suas representações, contribuindo desse modo para ampliar a discussão para o âmbito político. Para levar a cabo esta ampliação lançamos mão da filosofia política e educacional de Jean-Jacques Rousseau, para, a partir da questão sobre a educação pela liberdade chegamos a uma defesa do conhecimento como consciência política, ou seja, o conhecimento significa uma saída para os males de uma sociedade desigual, pois, nas palavras de Paulo Freire: “O ato de conhecer é um ato de aproximação crítica da realidade, ato pelo qual o ser humano, através da sua própria ação reflexiva e crítica, transforma a realidade” (FREIRE, 1996, p. 14). Ou seja, para Paulo Freire a educação é muito mais que ensinar, é muito mais que técnica ou saber prático teórico, a educação é arte, é simultaneamente um ato de conhecimento e um ato político.

Nosso objeto central de reflexão, portanto, busca refletir sobre como uma educação pela liberdade contribui no processo de construção do conhecimento e emancipação dos sujeitos, voltando-os para uma existência plural, em uma sociedade justa e consciente. Tendo como suporte principal a pedagogia freireana, dado sua ênfase e compromisso com a educação emancipadora, a reflexão aqui apresentada orientou-se por três objetivos quais sejam: i) compreender a dialética socrática como uma primeira denúncia de como a ignorância é um grande mal da existência humana; ii) compreender a concepção de conhecimento na perspectiva dialético materialista que orienta a pedagogia freireana, tal concepção fundamental para identificar aspectos relevantes para a organização de um processo de ensino e de aprendizagem; iii) concluir a ligação direta destes aspectos educacionais, da concepção de possuir

conhecimento e da noção de liberdade com uma consciência social e política que todo cidadão deveria almejar, tendo como referência para essa conclusão a filosofia política de Jean-Jacques Rousseau. Esses objetivos organizam a sequência da reflexão.

SÓCRATES E PLATÃO: LIBERDADE, CONHECIMENTO E IGNORÂNCIA

“Imagine várias pessoas presas num grupo de WhatsApp, se alguma delas conseguisse fugir e trouxesse verdades do mundo exterior, seria tida como mentirosa e coberta de porrada.”

Autor desconhecido

“O mais sábio é aquele que reconhece a própria ignorância”. A máxima socrática ainda confunde muitas cabeças que têm contato com ela em diversas ocasiões. Nela está contida uma relação intrínseca entre o ato de conhecer e a liberdade. Sócrates é um dos personagens mais intrigantes da filosofia! Durante muito tempo até se imaginou que ele não existia, isto é, supunha-se que ele fosse um personagem, utilizado por Platão (seu principal discípulo) que o coloca em vários diálogos que escreveu. Hoje se sabe que Sócrates existiu sem muita clareza com relação a datas de nascimento e morte, em princípio, Sócrates nasceu em Atenas no ano 470 a. C. e morreu no ano 399. Não há nada escrito por Sócrates, relatos dão contam que ele preferiu que não houvesse nada registrado por imaginar que a tradição oral era mais importante. Conhece-se seu pensamento, praticamente graças a Platão que em seus 35 diálogos (livros em forma de conversa), em boa parte deles, Sócrates é quem fala. E é a partir destes diálogos, que conhecemos o pensamento inesquecível socrático, a valorosa noção da ideia do autoconhecimento. É atribuída a ele a famosa frase tão propagada na história da filosofia “só sei que nada sei”. Claro que não se trata de uma modéstia tola sem sentido, seu significado transcende simplismos, mas também não se apresenta de forma complexa, não era essa a intenção de Sócrates. Na verdade, “só sei que nada sei” da conta da ideia do não saber nada por completo, do não saber nada sozinho, do não saber tudo sobre todas as coisas, do não saber verdades que outros não possam saber, do não saber apenas para si em detrimento do saber para o outro. Desse ponto de vista, a expressão socrática não indica ignorância, mas sim sabedoria, uma pessoa que sabe que não sabe várias coisas é uma pessoa sábia. De tal forma que, Sócrates é aquele que propaga que o autoconhecimento é exatamente o reconhecer a ignorância, se livrando assim das amarras da pretensão de saber tudo. Ser é reconhecer que não se sabe, isso não significa que se deve ser ignorante por opção, como vimos, o não saber aqui não diz respeito à ignorância, mas sim à sabedoria. Reconhecer que não se sabe, significa que antes de pretendermos algum conhecimento precisamos reconhecer que não sabemos ou o que sabemos é nada. Nesse sentido, alcançaremos não só o conhecimento, mas também a liberdade, de tal forma que, o conhecimento seria um contínuo processo de aquisição, construção e reforma.

Logo, estamos falando de uma ligação direta entre conhecimento e liberdade, quanto mais se reconhece a não posse do saber, mas se busca ele, assim, mais se livra da ignorância, com efeito, mais livre se é. A filosofia socrática pode ser considerada uma das precursoras da noção que trata a ignorância como algum tipo de privação da liberdade, em outros termos, uma existência onde a ignorância domina significa viver acorrentado por grilhões que limitam qualquer potencialidade. Mas o que Sócrates e conseqüentemente, Platão queriam realmente

dizer com essa relação? A confusão constante entre os leigos ao ouvir a citada máxima socrática é aceitável exatamente pelo fato de desassociarmos a noção de liberdade da noção de saber, e mais ainda, a não compreensão da necessidade de reconhecer que a sabedoria se inicia em primeiro reconhecer que não sabemos. A visão socrática na obra platônica deixa claro que não se busca o conhecimento se você o julga possuir. É preciso reconhecer que não se sabe para a partir daí saber algo, aliás, dizer que não se sabe é o primeiro ato do saber. Onde está a liberdade nesse emaranhado? Sócrates e Platão nos mostram que muito além de um interesse individual e até egoísta, o conhecimento é uma necessidade vital, pois, viver aquém dele é viver nas sombras, num constante existir baseado em ilusões, logo, se se vive uma falsa vida, na verdade não se vive, o que significa que, na verdade nem se existe. O conhecimento liberta, pois, a ignorância é uma prisão que limita o Ser de ser; não saber que não se sabe é não existir, não somos nada se nem sabemos o que somos e se somos algo. Na obra platônica, evidencia-se exatamente essa constante batalha entre o saber que liberta e a ignorância que aprisiona. Na famosa e exaltada alegoria da caverna¹, Sócrates, personagem principal deste relato, descreve a condição humana como escravos de uma existência enganosa exatamente por não se aperceberem que vivem em uma ilusão. A alegoria irá retratar de forma especialmente simbólica que reconhecer a ignorância é fundamental para superá-la, conto descrito por Platão, perpassa-se aquilo que Sócrates defendia como o método através do qual finalmente se entende a relação clara entre liberdade, conhecimento e ignorância, trata-se da maiêutica.

Para Sócrates o conhecimento não é algo que se desenvolve externamente, mas sim uma força vital que se encontra em nós, é preciso dar à luz a essa força, é preciso, despertar em si o conhecimento que possuímos, faltando aqui apenas um impulso que faça o parto desse saber. Se o conhecimento se encontra em nós de que servem as relações humanas, as escolas, de que adiantam os diálogos socráticos, tão exaltados como o principal recurso filosófico contra a ignorância? Na verdade, Sócrates não minimiza a importância dos intermediários no processo do conhecer, o que ele quer dizer ao afirmar que já sabemos por nós mesmos é que o conhecimento não é transferido de um indivíduo para o outro, o que ocorre é um despertar, se o saber é inato em nós, é preciso despertá-lo, daí a importância do filósofo que cumpre esse papel. O saber se encontra em nós, mas ainda sim é preciso o colocar para fora, expô-lo, logo,

¹ Alegoria é um modo de expressão ou interpretação que consiste em representar pensamentos, ideias, qualidades sob forma figurada. Pode-se usar como exemplo de alegoria diversos tipos de textos, como a metáfora, a sátira, a fábula, o mito, entre outros. Platão se vale de um diálogo socrático para apresentar em uma linguagem alegórica o que ele sistematiza conceitualmente em sua teoria das ideias.

é preciso partejá-lo, precisamos fazer o parto dessas ideias, se alguém dá à luz ao conhecimento é porque ocorre um parto dessas ideias. A arte da maiêutica é a arte de partear. Segundo conta a história, a mãe de Sócrates era uma parteira, logo, tinha como nobre ofício a arte de trazer à luz as crianças que ganhavam a vida, se as novas mães davam à luz a esses bebês, a mãe de Sócrates apenas fazia o parto, trazia à luz novas existências. Repare bem, não é a parteira que dá à luz e sim ela traz à luz essas novas vidas, através do belo ato do parto. É disso que se trata o conhecimento, Sócrates, depois de todo seu próprio processo de amadurecimento filosófico, tendo o Oráculo de Delfos como o parteiro de sua missão, se viu na mesma posição de sua mãe, um simples parteiro, mas se sua mãe partea vidas, Sócrates partea ideias, conhecimento.

Teeteto – Convém saberes, Sócrates, que já por várias vezes procurei resolver essa questão, por ter ouvido falar no que costumam perguntar sobre isso. Porém não posso convencer-me de que cheguei a uma conclusão satisfatória, como nunca ouvi de ninguém uma explicação como desejas. Apesar de tudo, não consigo afastar da ideia essa questão.

Sócrates – São dores de parto, meu caro Teeteto. Não estás vazio; algo em tua alma deseja vir à luz.

Teeteto – Isso não sei, Sócrates; só disse o que sinto.

Sócrates – E nunca ouviste falar, meu gracejador, que eu sou filho de uma parteira famosa e imponente, Fanerete?

Teeteto – Sim, já ouvi.

Sócrates – Então, já te contaram também que eu exerço essa mesma arte?

Teeteto – Isso, nunca.

Sócrates – Pois fica sabendo que é verdade; porém não me traias; ninguém sabe que eu conheço semelhante arte, e, por não o saberem, em suas referências à minha pessoa não aludem a esse ponto; dizem apenas que eu sou o homem mais esquisito do mundo e que lanço confusão no espírito dos outros. A esse respeito já ouviste dizerem alguma coisa?

Teeteto – Ovi. (PLATÃO, 2001, p. 148 - 149)

O método da maiêutica diz respeito exatamente a mostrar que quem dá à luz ao conhecimento são os próprios indivíduos, a ignorância reside especialmente no fato de se pensar que o saber é externo e restrito. É preciso então começar daí, reconhecer que somos a origem do saber, viver nas sombras significa não possibilitar o parto de nossas ideias. Foi isso que Sócrates propôs a seus interlocutores, aqueles com quem ele dialogava, muitos deles seus discípulos, que aprendessem por si mesmos, que buscassem a luz da sabedoria em suas próprias entranhas do intelecto, que dessem à luz ao próprio saber. Era preciso então, reconhecer-se nessa posição, para a partir disso preparar o parto, aos moldes de uma parteira legítima que prepara o ambiente e as ferramentas para trazer a vida novos seres, reconhecer que se vive numa existência enganosa, ilusória, onde se atribui o conhecimento a fatores equivocados é a preparação do terreno para que se aprenda por si mesmo. É preciso reconhecer que se vive dentro de uma

caverna, acorrentado a suas próprias ilusões vivendo sob sombras, iludidos pela inconsciência de suas próprias condições. O método socrático da maiêutica identifica o reconhecer da ignorância como passo inicial do autoconhecimento, logo, é preciso se perceber na caverna, enxergar suas correntes.

A alegoria da Caverna é uma metáfora descrita na obra de Platão, onde o filósofo demonstra de que forma podemos nos tornar livres das sombras que nos aprisionam da verdadeira luz. Essa alegoria representa a grande passagem de alguém que vivendo nas sombras necessita se perceber enquanto ignorante, enquanto alienado do conhecimento de si e do mundo, para um plano de luz, do saber, da existência na sua relação direta consigo mesmo e com o mundo externo. Em forma de diálogo, Platão nos narra exatamente esse processo de amadurecimento e de libertação, possibilitando diversas interpretações que simbolizam em último caso, um despertar da vida ignorante para a luz do saber. O diálogo escrito por Platão no livro VII da obra a República é entre Sócrates e Glauco, nele o filósofo sugere indivíduos presos a sua própria existência e ignorância, como se fossem correntes que impossibilita enxergar para além do interior da caverna tomada pelas sombras, não conseguem olhar para si mesmos, de forma que, jamais poderiam dar à luz ao próprio conhecimento, com efeito, nenhum parto de ideias seria possível.

Sócrates – Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.

Glauco – Estou vendo.

Sócrates – Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transportam: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glauco – Um quadro estranho e estranhos prisioneiros.

Sócrates – Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica de frente?

Glauco – Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

Sócrates – E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

Glauco – Sem dúvida.

Sócrates – Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam?

Glauco – É bem possível.

Sócrates – E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

Glauco – Sim, por Zeus!

Sócrates – Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados.

Glauco – Assim terá de ser.

Sócrates – Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora?

Glauco – Muito mais verdadeiras.

Sócrates – E se o forçarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Não desviará ele a vista para voltar às coisas que pode fitar e não acreditará que estas são realmente mais distintas do que as que se lhe mostram?

Glauco – Com toda a certeza.

Sócrates – E se o arrancarem à força da sua caverna, o obrigarem a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

Glauco – Não o conseguirá, pelo menos de início.

Sócrates – Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu do que, durante o dia, o Sol e a sua luz.

Glauco – Sem dúvida.

Sócrates – Por fim, suponho eu, será o Sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal como é.

Glauco – Necessariamente.

Sócrates – Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

Glauco – É evidente que chegará a essa conclusão.

Sócrates – Ora, lembrando-se da sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que aí foram seus companheiros de cativo, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

Glauco – Sim, com certeza, Sócrates.

Sócrates – E se então distribuíssem honras e louvores, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da

passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição, e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples criado de charrua, a serviço de um pobre lavrador, e sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

Glauco – Sou da tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

Sócrates – Imagina ainda que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

Glauco – Por certo que sim.

Sócrates – E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se a alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

Glauco – Sem nenhuma dúvida. (PLATÃO, 2006. 514a – c)

É essa a condição humana numa existência superficial, é preciso romper as correntes, é preciso reconhecer a ignorância para assim, superá-la. No diálogo Platônico, Sócrates ilustra um cenário onde indivíduos estão presos a correntes desde o nascimento sem poderem ver as próprias correntes, é disso que se trata, as correntes são como que camufladas em toda superficialidade humana, atendendo interesses ou não, não ver as correntes torna a tarefa de admitir sua existência mais complexa ainda, o grande desafio é inicialmente perceber-se como escravo de grilhões, reconhecer-se como um grande ignorante. Alegoricamente, todo o processo de libertação de um dos prisioneiros irá simbolizar a dificuldade de romper as ilusões de uma vida inteira, descrevendo desde o processo de quebra das correntes, até o caminho árduo para fora da caverna e o chegar ao mundo real. Fora da caverna a dificuldade de crer nessa nova possibilidade de vida, tudo isso é a representação do quão difícil é admitir a ignorância, se reconhecer como livre, e sobretudo buscar o conhecimento por si mesmo. Esse simbolismo retrata cada momento da possibilidade do conhecimento que se encontra em cada um, onde é preciso apenas dar à luz a esse saber. Imagine alguém que se encontra preso desde o nascimento, de forma que nunca sequer usou seus braços, pernas, ou sequer usou a visão, ou sentiu cheiros, gostos etc. Esse é o ser humano que vive as sombras, nunca de fato gozou de suas potencialidades mesmo as possuindo, na verdade não faz ideia de que as possuía, vive uma existência limitada por sua própria ignorância. A alegoria platônica retrata brilhantemente isso, o indivíduo que nunca usou as pernas, quando livre não saberá andar, se nunca usou os olhos, ficará cego ao primeiro raio de luz, possui pernas, possui olhos, mas não sabe usá-los, assim, o

aprender aqui é nada mais que despertar e desenvolver o que é intrínseco ao indivíduo, é disso que se trata o saber inato, o autoconhecimento e o dar à luz ao próprio conhecimento.

A saída da caverna, o reconhecimento da ignorância não é uma tarefa fácil. Se a alegoria descreve a libertação dentro do simbolismo adequado, como um processo de autolibertação, lento e doloroso, onde só o prisioneiro pode romper suas próprias correntes, numa conversão ao contexto da maiêutica, é exatamente nessa dificuldade que emerge a figura do parteiro, aquele que indica o caminho, intermedia a transição das trevas a luz, mesmo que, não obstante, a passagem da ignorância ao conhecimento só pode ser traçada por si mesmo. Sócrates e Platão então, não se furtam ao defender a ideia de que conhecimento é liberdade. Sócrates que foi morto por defender suas ideias, constantemente expressava a noção de que a existência material é uma ilusão, o corpo é uma prisão, e que, se libertar dessas correntes, deixar livre a alma é a verdadeira liberdade. Analogamente, podemos entender que se trata de superar os enganos dos sentidos e atingir cada vez mais um saber intelectual e racional, significa nos afastarmos desse mundo enganoso material corpóreo. Se o corpo é uma prisão, é porque o que a matéria nos oferece sempre estará contaminado pelas sombras da “caverna”, se a alma representa a liberdade é porque ela transcende essas sombras, logo nosso papel é inicialmente reconhecer essa condição, pois, assim, nos encontramos livres pelo menos do não saber nossa própria condição. O corpo é a prisão da alma, quer dizer que os sentidos são a deturpação da razão, em suma, não precisamos morrer para nos libertarmos, precisamos sim saber, buscar o conhecimento, reconhecer nossa condição para cada vez mais nos afastarmos dessa posição de ignorantes. Platão representa muito bem isso ao nos apresentar a relação entre a *Doxa e a Episteme*².

Doxa no grego significa opinião, representa exatamente essa condição do não saber, do engano, daquele que vive pelas opiniões dos sentidos, do mundo externo, do que é superficial; enquanto a *episteme* é o saber pleno, a busca pelo conhecimento em si mesmo, o romper das correntes do senso comum, dos sentidos enganosos. *Episteme* em sua plenitude representa a tomada de consciência de sua condição de sombras e ilusão, nada mais simbólico do que o

² A diferença entre doxa e episteme (opinião e conhecimento) foi abordada por Parmênides e posteriormente por Platão. Segundo o primeiro, a doxa parte dos sentidos, experiências pessoais e dos desejos, enquanto a episteme é a tentativa de construir uma verdade distante do não ser que representa as aparentes mudanças do ser. Conforme Platão, a doxa é o conhecimento enganoso. Platão chamava de modo depreciativo aqueles que se baseavam na doxa, como doxógrafos, que podem ser traduzidos como opinantes. Para a maior parte dos filósofos gregos a doxa não representa o verdadeiro conhecimento. Por meio da opinião, podemos nos comunicar, compartilhar experiências e avaliar qualquer aspecto da realidade do ponto de vista individual. No entanto, se queremos saber algo com um critério de verdade e de maneira objetiva, devemos seguir o caminho da episteme.

momento que a verdade vem à luz, o momento que se descobre um ignorante, em que se percebe vivendo e defendendo toda uma existência falsa, que seu ser é uma mera cópia, e que existe em si mesmo todo um saber inato cheio de potencialidades a serem vividas. Essa é a *episteme* que supera a *doxa* pela *dialética*³. A dialética é a ferramenta, é o processo da maiêutica em seu funcionamento, é por ela que o parto do conhecimento é realizado, é o meio de o filósofo trazer a luz a verdade, trata-se da essência socrática na filosofia. Se na alegoria caverna aquele rompe as correntes passa por todo um calvário até finalmente se reconhecer como ignorante, com efeito, livre; nessa representação alegórica, todo esse espinhoso caminho rumo ao exterior da caverna é nada mais que a representação da dialética. Tanto para quem se entrega a dialética, quanto para a quem a conduz a tarefa é complexa e exige esforço, o próprio Sócrates foi exemplo desse processo desde seu despertar pelo Oráculo até seu próprio ápice enquanto filósofo ao se defender de seus acusadores no julgamento que culminou com sua condenação e morte.

Na filosofia platônica a partir da alegoria da caverna, tanto simbólica quanto historicamente a relação entre saber e liberdade e conseqüentemente, a conclusão da ignorância como uma prisão pode ser analisada em escopos diferentes no que diz respeito à vida humana em seus diversos âmbitos. Nos dias de hoje, de forma nenhuma podemos desprezar essa alegoria proposta por Platão. É inevitável não se falar da alegoria da caverna de Platão na filosofia, e como não traçar uma relação entre o milenar relato platônico, com as constantes lutas atuais contra a superficialidade do senso comum. Será que a libertação como necessidade para uma verdadeira atitude filosófica seria uma leitura possível deste mito? No entanto, como se dá essa libertação, isto é, a saída da existência superficial do homem para que ele chegue a uma verdadeira atitude filosófica? O que fica claro é que a alegoria da caverna não se encerra em uma história puramente fantasiosa sem finalidade alguma, ao contrário, além de possuir um fim em si mesmo, a intenção de Platão passa por oferecer significados diferentes, de forma que eles não se resumem ao saber puramente pessoal, restringindo-se à existência humana em sua individualidade. As contribuições transcendem esse escopo único, pois, a filosofia socrático platônica na verdade é uma defesa contundente da necessidade da busca de um ideal ético

³ A dialética tem sua origem na Grécia antiga e consiste em um método de busca pelo conhecimento baseado na arte do diálogo. É desenvolvida a partir de ideias e conceitos distintos e que tendem a convergir para um conhecimento seguro. Pode se dizer que se passa da *doxa* para a *episteme* pela dialética. A origem da dialética remete a filosofia de Sócrates, mesmo que não exclusivamente. De fato, foi ele quem tornou célebre o método desenvolvido na filosofia antiga, que influenciou todo o desenvolvimento do pensamento ocidental. Para ele, o método do diálogo era a forma pela qual a filosofia se desenvolvia, construía conceitos e definia a essência das coisas.

político na vida humana enquanto coletividade. Um dos principais comentadores da filosofia de Platão, Giovanni Reale⁴ nos traz algumas possíveis interpretações da alegoria platônica. Segundo ele, é possível traçarmos uma linha divisória que, não obstante a não deturpar a ideia central da alegoria, nos possibilita fazer quatro possíveis leituras conceituais e interpretativas. Primeiramente ele nos apresenta uma visão ontológica da alegoria, reeditando a questão pré-socrática do ser, onde se observa na alegoria a divisão da realidade em gêneros sensíveis e não sensíveis num processo de passagem para a luz da verdade.

Antes de tudo, o mito da caverna traduz os diversos graus em que ontologicamente se divide a realidade, isto é, os gêneros do ser sensível e supra-sensível com suas subdivisões: as sombras da caverna simbolizam as aparências sensíveis das coisas, as estatuas as próprias coisas sensíveis; o muro representa a linha divisória entre as coisas sensíveis e as supra-sensíveis; as coisas verdadeiras situadas do outro lado do muro são representações simbólicas do ser verdadeiro e das ideias e o sol simboliza a ideia do Bem. (REALE, 1990, p. 167)

Uma segunda interpretação seria uma via epistemológica que trata dos graus de conhecimento; nessa se dá ênfase aos graus de conhecimento e suas duas divisões: a imaginação [sombras] e a crença [estátuas]. Neste sentido, a dialética, em seus vários níveis, é simbolizada através da passagem da visão das estátuas para a visão dos objetos verdadeiros e para a luz do sol.

Em segundo lugar, o mito simboliza os graus do conhecimento nas duas espécies em que ele se realiza e nos dois graus em que essas espécies se dividem: a visão das sombras simboliza a *eikasía* ou imaginação e a visão das estatuas representa a *pístis* ou crença; a passagem da visão das estatuas para a visão dos objetos verdadeiros e para a visão do sol, antes de forma mediata e posteriormente imediata, simboliza a dialética em seus vários graus e inteligência pura (REALE, 1990, p. 168)

Há uma interpretação teológica, que nos traz à tona a questão do ascetismo, segundo Reale, a vida na caverna está ligada ao sensível e a vida fora dela está ligada à dimensão do espírito. O processo de ascese inicia-se quando acontece a “libertação das algemas”, e se dá à medida que o homem se solta e resolve sair do interior da caverna.

Em terceiro lugar, o mito da caverna simboliza o aspecto ascético, místico e teológico do platonismo: a vida na dimensão dos sentidos e do sensível é a vida na caverna, assim como a vida na pureza e plenitude da luz é a vida na dimensão do espírito. O voltar-se do sensível para o inteligível é

⁴ Giovanni Reale foi um filósofo, historiador da filosofia e professor universitário italiano. Reale propôs uma nova interpretação de Platão, baseado nas suas chamadas Doutrinas não escritas.

expressamente representado como a “libertação das algemas”, como conversão, enquanto a visão suprema do sol e da luz em si mesma é a visão do Bem e da contemplação do Divino (REALE, 1990, p. 168)

A quarta e última possível interpretação da alegoria diz respeito ao ponto de vista da política, que leva a reflexão para além da questão individual, exaltando a responsabilidade social do mito, para Reale, nessa interpretação Platão enaltece o “retorno” daquele homem que resolve sair da caverna. Ele retorna, para fazer o bem, ajudar os outros a passarem pelo mesmo processo de libertação.

O mito da caverna, entretanto, expressa também a concepção política tipicamente platônica. De fato, Platão menciona também um “retorno” à caverna por parte daquele que se libertara das algemas, retorno cuja finalidade consiste na libertação daqueles em companhia dos quais ele antes se encontrava como escravo. Tal retorno representa certamente o retorno do filósofo-político, o qual, se atendesse apenas as solicitações de seu interesse, permaneceria atento apenas à contemplação do verdadeiro. Superando, porém, suas ambições, desce ele à caverna na tentativa de salvar os outros (o verdadeiro político, segundo Platão, não ama o comando e o poder, mas usa o comando e o poder como instrumentos para produção de serviços destinados à realização do bem) [...] (REALE, 1990, p. 168)

Para Platão, este era o papel do filósofo, que não somente deve contemplar, mas favorecer, a partir de sua experiência, a libertação do outro que está acorrentado como escravo. Daí decorre uma defesa política em que o governante deve ser aquele preparado, aquele que contemplou a luz da verdade, o que se liberta das correntes, o sábio. Este será capaz de reger a vida pública a partir dos conceitos universais, assim como é o prisioneiro que retorna para ajudar os outros. Dentre essas interpretações, é na política que emerge uma compreensão necessária das questões relativas à atualidade do mito em si, evidenciando essa busca pelo saber como a grande construção de uma liberdade plena do indivíduo, este que, nesta busca não se descola de seu papel e importância em um âmbito coletivo e social. Ou seja, conhecimento não pode ser colocado como privativo ou privilégio, mas como meta da busca de uma sociedade ideal e justa. A concepção política do mito da caverna segue em Platão a noção de que se o conhecimento representa a liberdade e o processo de libertação a partir do saber exige esforço, exige do indivíduo dedicação e coragem, então, só aquele que de fato transcende esse árduo e complexo processo estará apto a participar da vida política da polis. Veja bem, numa analogia direta, se os indivíduos vivem em sua maioria enganados e num mundo de ilusões, por não se perceberem nessa situação, analogamente, a sociedade também assim vive, com efeito, a coletividade, a comunidade, o povo, se encontram na mesma situação. Logo, em teoria, toda

uma sociedade deveria passar por um processo dialético coletivo em vista de uma espécie de “episteme geral”, atingindo um amplo reconhecimento da ignorância. Uma episteme nessa magnitude exige muito mais que uma transcendência antropológica individual, aqui se trata de analisar a questão por um viés político e sociológico. Platão era abertamente um crítico da democracia ateniense, não obstante ter motivos para isso⁵, ele entendia que no regime democrático perde-se a excelência no exercício das coisas públicas. Não é possível a todos inicialmente a capacidade de governar, visto que nem todas as almas estão voltadas para isso. O que Platão está aqui defendendo é o saber como requisito primordial para aquele que irá reger a pólis, ora, nem todos ainda transcenderam suas condições de ilusão e sombras, logo, não deve ser acessível a estes tamanha responsabilidade. Platão assim, é um defensor de uma espécie de governo dos mais sábios, o que não diz respeito a uma aristocracia excludente, já que a tese platônica é exatamente propiciar pela política a possibilidade de dar a todos a libertação da ignorância, para assim, poderem pleitear a participação no governo. Platão irá compreender a cidade ideal em uma trinca de funções essenciais, o que gera, portanto, uma necessária divisão em três classes sociais: a de lavradores, artesãos e comerciantes; outra dos guardas responsáveis pela segurança da pólis; e por fim, a dos governantes. Essa divisão social deve seguir uma espécie de tendência das almas humanas, segundo Reale (1990, p. 163) “a) existe uma tendência que nos arrasta para eles, que consiste no desejo; b) outra tendência que nos afasta deles e domina o desejo, que consiste na razão; c) mais existe também uma terceira tendência, pela qual *ficamos irados* e nos deixamos *inflamar*, tendência esta que não se identifica nem com a razão nem com o desejo [...]”. Tais aptidões e habilidades das almas devem ser a base de uma divisão social, em que as almas voltadas para os desejos ficariam responsáveis pelas funções manuais diversas da pólis; aquelas que são impulsivas são adequadas a segurança da cidade, e por fim, as que a razão domina serão os aptos a governar.

1) A primeira classe é constituída de homens nos quais prevalece o aspecto “concupiscível” da alma, que é o aspecto mais elementar. Essa classe social é boa quando nela predomina a virtude da “temperança” [...]. 2) A segunda classe é constituída de homens nos quais prevalece a força “irascível” (volitiva) da alma, isto é, deve ser composta por homens que se assemelham aos cães de raça, ou seja, dotados ao mesmo tempo de mansidão e ferocidade. A virtude dessa classe social deve ser a “fortaleza” ou a “coragem” [...]. 3) Finalmente, os governantes deverão ser aqueles que tenham amado a Cidade mais que os outros, tenham cumprido com zelo sua própria missão e, especialmente, tenham aprendido a conhecer e contemplar o Bem. Nos governantes, portanto, predomina a alma racional e sua virtude específica é a “sabedoria”. (REALE, 1990, p. 163)

⁵ Referência direta à morte de Sócrates pelas mãos da democracia ateniense.

Veja bem, Platão não deixou de afirmar, aliás, deixa claro que todos nascemos com as três aptidões da alma, nos entregando a elas segundo nossas próprias condições. Para ele, em cada homem estão presentes as três faculdades da alma, a dizer nas palavras de Reale (1990, p. 164) “a apetitiva (*epithymetikón*), a irascível (*thymoeidés*) e a racional (*loghistikón*)”. A Justiça consiste exatamente em fazer cada um aquilo que lhe compete e que consegue, ou seja, aquilo que o domina enquanto vontade no momento da ação deliberada. Esse modus operacional indica a organização da cidade perfeita, em tal cidade a educação seria o caminho que possibilitaria em primeiro lugar cada um cumprir a sua função de forma plena, deixando emergir nessas aptidões as virtudes essenciais de suas atividades, que são segundo Reale (1990, p. 163) “[...] a temperança na primeira classe social, a fortaleza ou a coragem na segunda e a sabedoria na terceira.”. Em segundo lugar fazer com que a qualquer um seja possível transcender suas próprias aptidões, quer dizer, se as almas racionais devem governar pois são as que estão aptas a isso, as almas apetitivas devem enquanto cumprem suas funções baseadas em suas faculdades, passarem pelo processo de libertação da ignorância primeiro e só depois disso, como dito anteriormente pleitear a participação direta na arte da política.

Platão faz Sócrates pronunciar no diálogo *Górgias* as seguintes palavras: “Creio ser eu dos poucos atenienses, para não dizer o único, que tenta realizar a verdadeira arte política e o único, entre os contemporâneos, que a prática.” A “verdadeira arte política” é a arte que “cura a alma” e a torna o mais possível “virtuosa”, sendo, por isso, a arte do filósofo. (REALE, 1990, p. 162)

Platão defende uma sofocracia, o que condiz como um governo dos filósofos. Segundo ele, são aqueles que viram a luz, aqueles que fugiram da caverna os que possuem a capacidade de reger a pólis, em vistas da citada “episteme geral”, exatamente porque são eles que voltam a caverna para libertar seus companheiros ainda sufocadas pelas correntes, assim como a maior parte dos cidadãos da pólis. Na obra a República, no livro VI, Platão vai se valer de uma outra alegoria para simbolizar a importância do filósofo na vida pública. A alegoria do navio é uma história contada por Platão, descrita em forma de diálogo, para defender a importância dos filósofos como governantes da cidade. Trata-se de superar a ideia comum atualmente⁶ de que a filosofia é inútil, ainda mais em se tratando do governo da cidade. No diálogo, Sócrates se

⁶ Não é incomum, aliás, é muito comum relatos, questionamentos, comentários sobre a inutilidade da filosofia. O que na verdade tem muita relação com o objeto deste texto, pois, na grande maioria daqueles que reproduzem esse pensamento se encontram exatamente aqueles que são excluídos da possibilidade de uma educação de qualidade. Estes, estão tão ocupados na luta pela sobrevivência que, qualquer coisa que não condiz na prática com essa busca, é inútil, logo, não há tempo para pensar, muito menos, vontade de o fazer. Isso também recorrente no ensino da filosofia, pois o mesmo pensamento se dá com relação as aulas de filosofia.

refere, como “uma questão tão árdua”, à tarefa de governar, objetivando mostrar que os filósofos são essenciais para um bom governo.

Sócrates – Percebo que te divertes à grande por me ver às voltas com uma questão tão *árdua*; mas ouve a parábola e te divertirás ainda mais com a pobreza de minha imaginação. É tão ruim o trato que os homens mais *judiciosos* recebem de suas cidades que nenhuma outra criatura sofre coisa semelhante; por isso, a fim de fazer-lhes a defesa necessito recorrer à ficção, compondo uma figura com muitos elementos diversos, como os pintores ao pintar os fabulosos *cervos-bodes* e outros seres da mesma espécie. Imagina, pois, que num navio ou numa frota existe um capitão mais *corpulento* e *robusto* que os seus comandados, mas um tanto surdo e curto de vista, também não muito forte no que tange aos conhecimentos náuticos. Os marinheiros estão em disputa sobre o governo do navio, convencido cada qual de que tem direito a assumir o *leme*, sem jamais ter aprendido a arte de *timoneiro* nem poder indicar quem foi seu mestre ou a ocasião em que estudou; muito ao contrário, *asseveram* que isso não é matéria de estudo e, o que mais é, estão dispostos a fazer em pedaços quem quer que os contradiga. Esses sujeitos rodeiam o comandante, instando com ele e empenhando-se para por todos os meios para que lhes entregue o *timão*; e sucede que, não *logrando persuadi-lo* e vendo que outros lhes são preferidos, dão morte a estes e os lançam pela borda, *embotam* os sentidos do honrado capitão com *mandrágora*, vinho ou qualquer coisa e se põem a mandar no navio apoderando-se de tudo que nele existe. E assim, bebendo e banquetecendo-se, prosseguem a viagem da maneira que seria de esperar num caso desses. Àquele que toma o seu partido e os ajuda a apoderar-se do comando pela *persuasão* ou pela força chamam-no homem do mar, bom piloto e entendido em náutica, ao mesmo tempo que tacham de inútil ao que não procede assim; e tampouco entendem que o bom piloto deve preocupar-se com o ano, a estação, o céu, os astros, os ventos e tudo mais que se relaciona com a arte se pretende realmente qualificar-se para a direção de um navio – e, estando verdadeiramente qualificado, ele é quem tem dirigi-lo, queiram os outros ou não. Nunca encaram a sério, como parte de sua profissão, essa possibilidade de unir na mesma pessoa a autoridade com a arte de *marear*. Ao suceder tais coisas num navio, não crês que o verdadeiro piloto será chamado um *visionário*, um *charlatão* e um inútil pelos marinheiros assim *amotinados*?

Adimanto – Ah! Sem dúvida.

Sócrates – E por certo não precisas ouvir a interpretação da *alegoria*, que descreve o verdadeiro filósofo em sua relação com a cidade; pois já a entendeste muito bem.

Adimanto – Sim, claro.

Sócrates – E se apresentasses agora esta *parábola* àquele cavalheiro que se admirava de ver que os filósofos não recebiam nenhuma honra em suas cidades? Explica-lha e trata de convencê-lo de que seria muito mais extraordinário se a recebessem.

Adimanto – Assim farei.

Sócrates – Dize-lhe que tem toda a razão ao considerar inúteis para o resto da humanidade os melhores cultores da filosofia; mas não te esqueças de acrescentar que a culpa dessa inutilidade cabe aos que não querem servir-se deles, e não a eles próprios. Os pilotos não devem suplicar aos marinheiros que se deixem comandar por eles, pois essa não é a ordem natural da coisas; nem tampouco devem “os sábios pedir à porta dos ricos”... o engenhoso autor

deste conceito não fez mais do que mentir... mas a verdade é que quando um homem está doente, seja rico ou pobre, à porta do médico tem de ir bater, e quem necessita ser governado à de quem possa governa-lo; nem o governante que para alguma coisa sirva pedirá aos governados que se deixem governar. Não errarás, por outro lado, se comparares os que atualmente governam com os marinheiros de que falávamos há pouco, e aos que estes chamavam inúteis e *papalvos*, com os verdadeiros pilotos. (PLATÃO, 2006. 488a – e)

Essa questão relatada aqui sobre a privação do conhecimento como uma espécie de prisão, não se encerra em meras e subjetivas interpretações alegóricas, o que queremos dizer é que, a despeito da figuração proposta por Platão, especificamente no mito da caverna, mas também na alegoria do navio, o assunto, pode e deve ser tratado de forma objetiva, de maneira que essa problemática sobre a relação entre o conhecimento e a liberdade, a questão da ignorância como meio de privação e dominação, é na verdade assunto amplo e também pragmático. A questão perpassa temas essenciais que podem ser analisados de forma independente, além de, à luz da realidade histórica, analisar liberdade e conhecimento, vai ao encontro do simbolismo proposto na alegoria platônica, onde a questão da ignorância ganha contornos maiores em diversas realidades e tempos históricos.

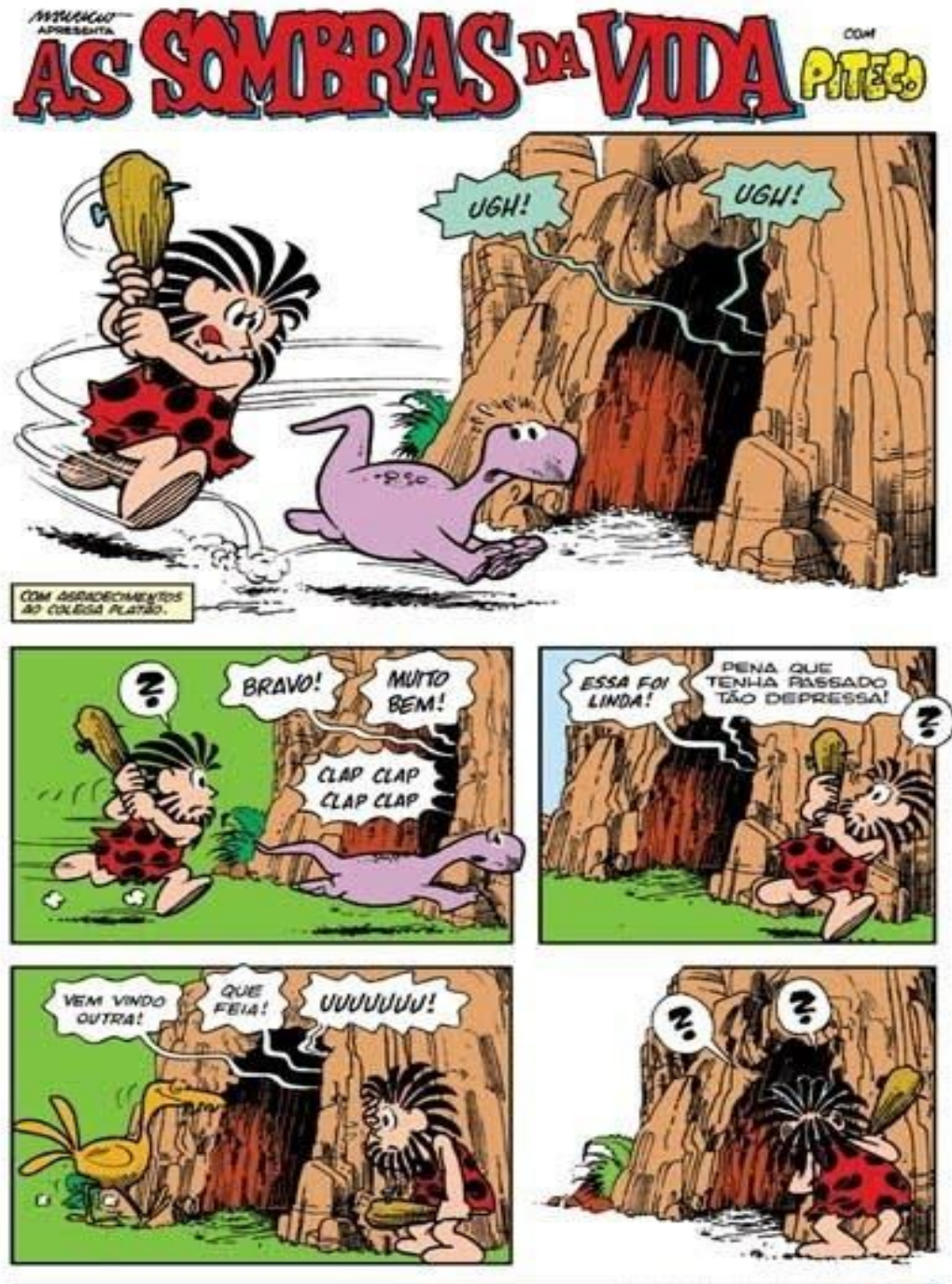
Hoje, sabe-se que a alegoria platônica ganhou notoriedade nas mais diversas leituras e usos teóricos e práticos. No âmbito educacional o “mito da caverna” - como é conhecido entre os alunos - é quase que um clichê, não obstante ao seu uso nas aulas de filosofia, ele pode e é usado de diversas formas didáticas entre as diversas áreas do saber. De fato, podemos considerar o uso recorrente do texto platônico como um alento, ou seja, utilizar a alegoria platônica nas aulas de filosofia, mas também, como recurso educacional para além dessas, traduzi-la a luz da realidade e contexto histórico transcende as vezes até aos interesses do próprio Sócrates ao relatá-lo e de Platão ao descrevê-lo. Nas aulas de filosofia, a alegoria da caverna se tornou recurso obrigatório, inclusive usado como base do entendimento da questão latente entre os jovens alunos de ensino médio, a dizer, o que é a filosofia? Em uma sociedade cada vez menos preocupada com as perguntas fundamentais da existência, onde não se questiona nada, uma sociedade em que o objetivo se tornou a mera sobrevivência material e consumista, cada vez mais ignorante, a filosofia sobrevive como resistência, e o mito como arma. A expressão “saia da caverna” se torna um jargão poderoso, pois desafia o inconsciente de alunos que sequer se imaginam presos a qualquer corrente social e cultural, quanto mais em uma relação simbólica e figurada de uma caverna. Tal provocação faz com que eles levantem a questão: que caverna? Pode parecer ingênuo, mas essa é a questão chave para o início de uma jornada educacional pronta para escancarar as correntes e o árduo caminho que cada um terá de traçar no romper de

seus grilhões. Se perceber em meio a correntes e amarras, destaca a questão da atualidade da alegoria de Platão. Como citado, se há algo em que cada vez menos a sociedade está preocupada é com sua realidade existencial enquanto saber e conhecimento. Voltados para um existir totalmente alienado, jamais, sem um choque de realidade, se proporião à busca do saber pelo saber, ou seja, um conhecimento que não se dê em vista de um resultado prático imediato. Se a alegoria platônica relata homens presos em cavernas vendo sombras, acreditando serem elas a única realidade, numa leitura atual, podemos identificar várias formas de sombras, como as mídias televisivas, digitais, as próprias redes sociais que negativamente nos proporcionaram um dos fenômenos mais nocivos dos tempos atuais, que são as fake News. Se na visão platônica, as correntes impedem aos prisioneiros de minimamente se virarem e enxergar a realidade fora da caverna; atualmente as próprias sombras fazem o papel das correntes, todo esse aparato midiático, não só iludem, mas também prendem os indivíduos em uma condição alienada e frustrante, de forma que os mesmos não só não percebem a própria realidade em que se encontram, mas também muito menos tem vontade de perceber essa condição, acabam por se entregarem ao marasmo de uma existência irreflexiva, onde o objetivo é apenas a fama, o sucesso, o ego e o ganho financeiro. Nesse contexto, o mito emerge como aquele choque de realidade citado, de forma que, bradar a jovens estudantes: “saia da caverna” surge como uma palavra de ordem em meio a uma batalha travada há séculos contra a ignorância. Não obstante, se essa própria batalha ganhou contornos atuais, a própria propagação da alegoria da caverna também receberá novas roupagens e formas de entendimento. De filmes a histórias em quadrinhos, pode-se dizer que Platão nunca esteve tão atual em sua reprodução, mas também, conclui-se que ele nunca foi tão necessário, buscar as mais variadas formas de propagação do mito é mais que um mero recurso didático, é também um novo filosofar surgindo, adaptando-se aos novos tempos, mas, ainda enfrentado as velhas lutas, e contra o mesmo inimigo, mesmo que esse se apresente de formas diferentes, a ignorância ainda é o mal a ser combatido. Seja na Grécia antiga, seja no século vinte um, é preciso romper as amarras, ir em busca da luz, atingir a episteme, abandonar as sombras da vida. Se Platão elaborou a relato que retrata a condição humana acorrentada na ignorância, com o objetivo de fazê-las perceber sua condição, há uma historinha em quadrinhos elaborada por Maurício de Sousa⁷, que exemplifica bem a questão da nova roupagem e da atualidade do mito. Baseando-se na descrição de Platão, o autor de quadrinhos faz uma espécie de comparação entre aqueles tempos remotos e hoje, mostrando

⁷ Maurício de Sousa (1935) é um cartunista e empresário brasileiro. Criou a "Turma da Mônica", e vários outros personagens de história em quadrinhos. É membro da Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira nº. 24. É o mais famoso e premiado autor brasileiro de história em quadrinhos.

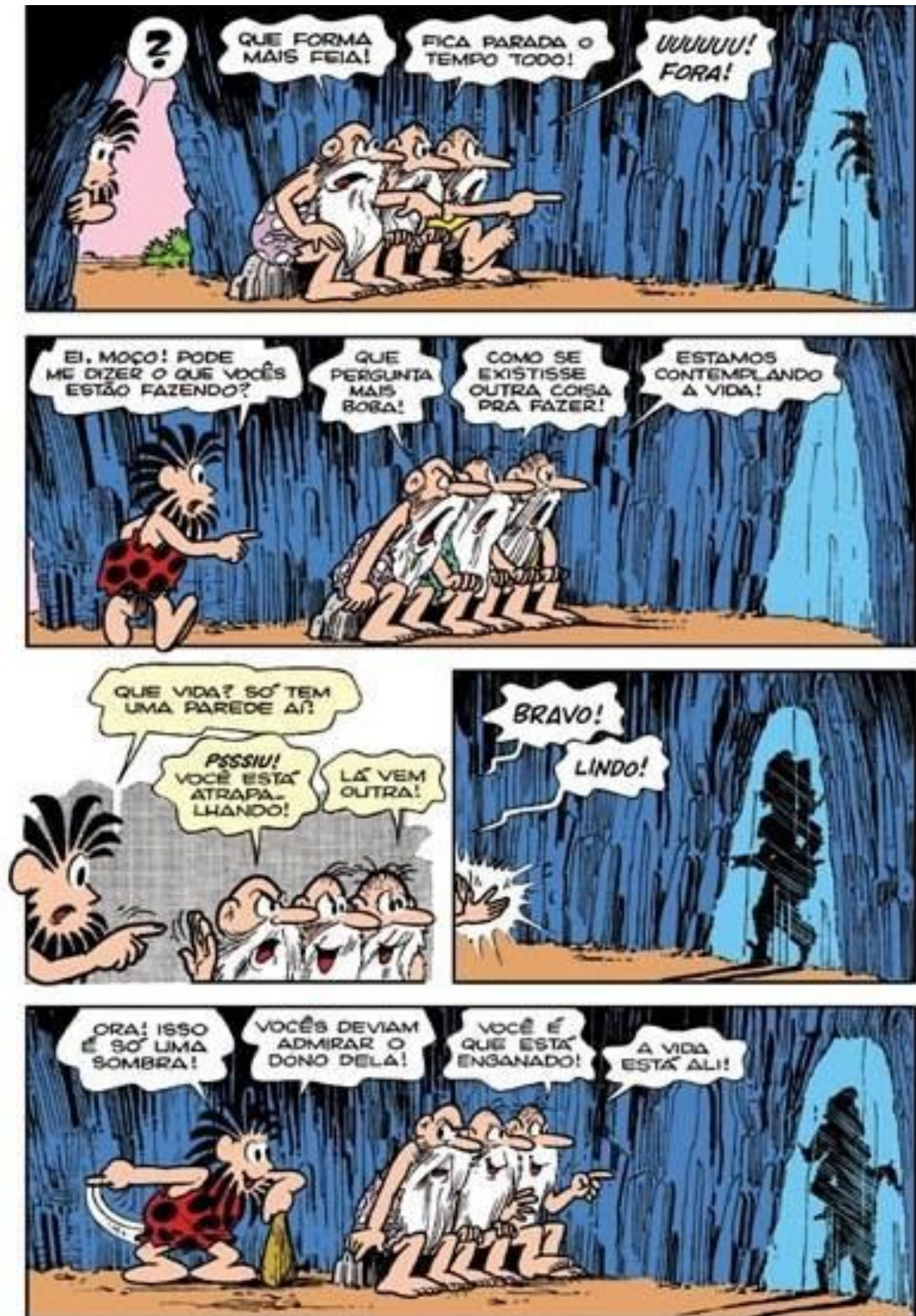
alguns homens assistindo televisão. Mauricio de Sousa retrata que os tempos modernos estão se tornando semelhantes ao Mito da Caverna, porque do mesmo modo que aqueles homens primitivos ficaram obcecados por aquelas sombras, os homens de hoje em dia estão obcecados pela televisão e por outros meios de comunicação.

Figura 1 – As sombras da vida



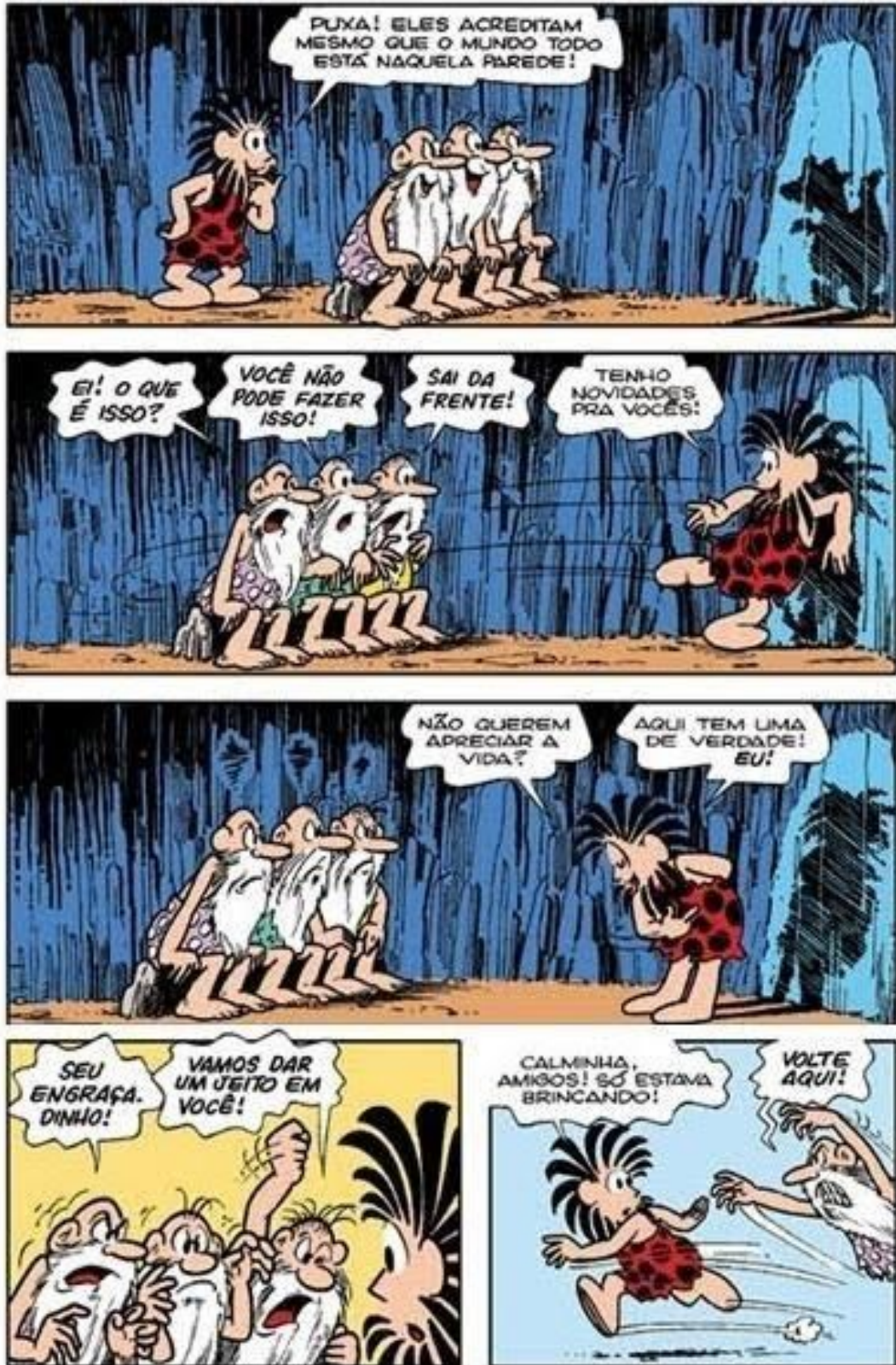
(SOUZA, Mauricio 1981)

Figura 2 – As sombras da vida



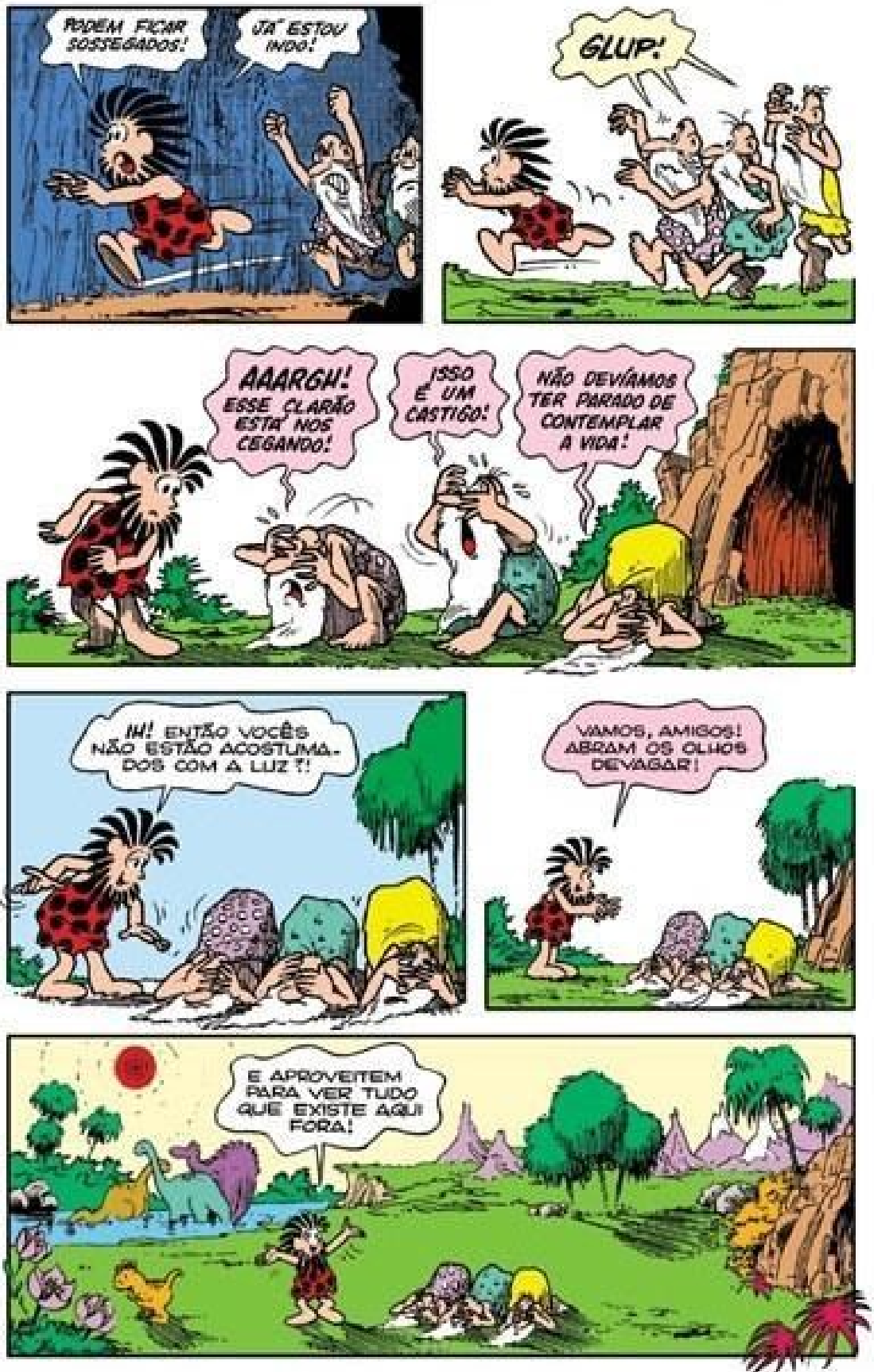
(SOUZA, Mauricio 1981)

Figura 3 – As sombras da vida



(SOUZA, Mauricio 1981)

Figura 4 – As sombras da vida



(SOUZA, Mauricio 1981)

Figura 5 – As sombras da vida



(SOUZA, Mauricio 1981)

É claro que na obra em quadrinhos de Mauricio de Souza, adequadamente a época de sua publicação, ele faz uma analogia honesta ao momento, trazendo à tona a questão da televisão, que possuía naquela ocasião o papel principal de entretenimento da população. No

auge das produções televisivas, as pessoas passavam boa parte de seu tempo à frente da TV, assistindo os mais variados tipos de programação. Hoje em dia, pode ser dizer que não obstante a TV não ter perdido seu lugar de destaque à frente da função de entreter – ela é ainda entre as camadas mais populares a principal fonte de informação – a internet e as redes sociais assumiram o papel preponderante, assim, nada mais adequado comparar a escuridão da caverna e as correntes com as horas e horas que um indivíduo pode ficar preso à frente da tela de um celular, acessando e interagindo em redes sociais. Veja, se é notória a atualidade do mito da caverna, igualmente deve ser a consciência da adequação de sua interpretação ao novo contexto histórico do século vinte um, vivemos a era da informação, mas em contrapartida também a era da desinformação. Talvez aqui se encontre o ponto, pode ser que seja nessa oposição informação/desinformação que possamos considerar mais ainda a alegoria de Platão e sua permanência como atual em uma nova questão latente. A televisão, mas, sobretudo, a internet e as mídias sociais colocam a todos nós em uma linha tênue entre se informar corretamente, a luz da veracidade dos fatos, esses baseados em ciência e princípios éticos; e receber desinformação construídas propositalmente para se difundirem rapidamente, estas em sua maioria longe de princípios morais e bases científicas. Se viver apenas a sombras em uma caverna representa a ignorância a ser superada, hoje, a questão talvez se torne até mais árdua, pois, não se pode dizer que as pessoas desconhecem sua realidade por completo como se estivessem em uma caverna, a situação ganha contornos de acomodação, as mídias e redes sociais exercem nos indivíduos uma sensação de anestesia, ou seja, mesmo tendo algum tipo de conhecimento da realidade, os indivíduos se entregam aos enganos dessa realidade, quer dizer que eles enxergam as correntes mas nada fazem para rompê-las. Além de encurtar diversos processos de aprendizado, a internet tornou cada vez mais rápida e fácil a busca por respostas e informações. Entendendo o fato de haver um lado positivo nessa acessibilidade na busca por conhecimento, tal não se apresenta como um recurso perfeito que trouxe uma nova era de luz e conhecimento. As sombras também podem residir exatamente aí. Se Platão defendia que o processo da dialética era penoso, demandava tempo e esforço, porque seria diferente na era digital no processo de assimilação de conhecimento e informação. Não, não é diferente, por isso vemos a propagação de notícias falsas, informações distorcidas, discursos de ódio, posições anticiência, os mais diversos tipos de intolerância.

Como dito, em uma sociedade que não foi construída para reflexão, essa rapidez que a informação chega, que, teoricamente deveria trazer a motivação perfeita para todos buscarem o conhecimento, visto que tal agilidade significa que ela está mais acessível; trouxe exatamente

o contrário, o desânimo e a acomodação. Platão alertou, o processo é lento e dolorido, e é preciso se entregar a ele, as novas tecnologias acabaram por tornar desnecessária essa entrega, a partir delas não é preciso mais a demora, não é necessário sentir a “dor” da saída da caverna, agora é tudo mais fácil e rápido, aliás na verdade, agora não se precisa fazer nada, não é preciso saber, é preciso apenas “clique”. Um povo alienado não se preocupa em interpretar um novo conhecimento adquirido, só vai absolvê-lo; uma sociedade acomodada, não vai questionar uma informação recebida, só vai repassá-la; uma população anestesiada não irá questionar uma posição intolerante, e às vezes até absurda, vai apenas acatá-la. Com um potencial democratizador do conhecimento e da informação, a internet, poderia e deveria ter sido a grande fogueira da caverna, que representaria a nova luz da verdade; a entrega de cada um a esse novo recurso com responsabilidade, calma e cuidado seria o novo processo de romper as correntes e saída em direção ao lado de fora da caverna; por fim, atingir a episteme diria respeito ao uso desse novo mundo em favor do saber pleno e democrático para todos, voltados a superação de todos os níveis de desigualdade. Porém, não é isso que estamos acompanhando, claro que não se pode colocar na conta da existência desses novos meios tecnológicos toda a responsabilidade acerca desse processo de ignorantização, mas, é claro e notório que as novas cavernas também se encontram em cada mídia e rede social da qual participamos, pois, são feitas exatamente para nos prender a elas, com todos os recursos necessários nos âmbitos antropológicos e psíquicos voltados para isso. Esse debate sobre as mídias sociais, internet e até da televisão também levanta uma problemática acerca dos limites do entretenimento, até quando ou até onde podemos ir em direção a ocupações menos importantes? O fato é, entretenimento e desinformação podem andar lado a lado, logo, até no processo de descanso, desligamento das questões que nos afligem podemos encontrar amarras, aprisionando mais ainda um povo em sua situação cômoda de alienação. Não há problema no entretenimento puro e simples, em vista do relaxamento, da diversão e do riso. Diversos povos históricos se entregavam a esse momento, a questão aqui ganha contornos mais problemáticos, pois, como dissemos o nível de rapidez na propagação do que é divulgado pelas mídias tira qualquer possibilidade de filtrar tais formas de entretenimento, por isso, ele ser meio do processo de ignorantização. Assim, temos a desinformação e o entretenimento ruim como as grandes correntes da atualidade, que resistentes que são, se tornam as mais nocivas e difíceis de superar.

Toda essa descrição faz-nos concluir que de tempos em tempos enquanto houver amarras da ignorância, novas formas simbólicas de representar a alegoria de Platão vão e devem surgir, ora, novos quadrinhos como *as sombras da vida* de Maurício de Souza, emergiram em cada

tempo histórico. Atualmente, por exemplo, pode-se reescrever tal ilustração a partir de uma nova roupagem, colocando as mídias da internet no centro da interpretação, o entretenimento e desinformação alienante como as novas sombras e correntes. Se assim entendermos, devemos concluir que o mito continuará atual se a ignorância também persistir entre as diversas sociedades. Com efeito, o objetivo será sempre a busca por novas formas de libertação, novos processos de saída da caverna, novos métodos dialéticos em busca de epistemes contemporâneas. Fazemos o questionamento, atualmente, a quem cabe o papel de libertação? E com esse questionamento que pretendemos dar um salto no que discutimos até aqui, se devemos descobrir uma nova forma de libertação, iremos trazer o debate para um novo campo, o da existência prática em um âmbito social, econômico e político. Isto feito, voltaremos nosso foco a debater e analisar o tema dentro de uma realidade específica, em que pese termos tratado da alegoria da caverna desde a própria visão histórica platônica, atualizando tal visão nos diversos âmbitos didáticos atuais, agora iremos deixar de lado a alegoria e vamos tratar a questão da ignorância e seus males em um âmbito concreto, e é nesse âmbito concreto que apresentaremos uma nova protagonista, trata-se da educação, pode ser ela o meio de libertação que buscamos? A luz da filosofia pedagógica do pensador brasileiro Paulo Freire, iremos voltar a questão para uma nova realidade social, onde a ignorância continua sendo o mal a ser combatido. Filosofar sobre liberdade e conhecimento, foi o escopo principal da obra de Paulo Freire, então, depois de estabelecer um norte estrutural e conceitual a partir da filosofia socrático/platônica, veremos o que podemos dizer sobre conhecimento e liberdade na ótica do famoso pedagogo brasileiro.

PAULO FREIRE: LIBERDADE, CONHECIMENTO E OPRESSÃO.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”

Paulo Freire.

Em sua obra *A pedagogia do oprimido*, Paulo Freire defende que a educação deve ser libertadora. Escrita entre 1967 e 1968, *A Pedagogia do Oprimido*, - cujo conteúdo aponta para a emergência da pedagogia da liberdade ou teoria crítica do ensino,⁸ - coloca a necessidade de introduzir o significado verdadeiro de realidade e não o de uma sociedade desinteressada, na qual o autoritarismo desempenha um papel decisivo. Freire busca encontrar o entendimento como expressão do conhecimento socialmente comunicativo; e é realmente esse conhecimento que se espalha por todas as suas obras e que, à medida que as escreve, foi aprofundando cada vez mais. A defesa de uma educação pela liberdade surge como um antagonismo do que o pensador brasileiro chamava de educação bancária, que, segundo ele, oprime e desumaniza o homem, o tornando um ser alienado, mas não apenas alienado do saber do mundo, mas também uma alienação de si mesmo. O indivíduo se torna alienado do próprio existir, de forma que só se percebe como um ser no mundo, mas não como um ser com o mundo. É isso que Paulo Freire chama de desumanizar, cortar a relação dos homens com seu próprio existir, tornando-se um objeto em vista de uma finalidade qualquer, que não seja a si mesmo, tornando o homem um *ser menos*⁹. O desumanizar é o alienar-se, é o se tornar ignorante como objetivo e resultado de um projeto de existência alheio à própria escolha do homem. Em contrapartida, o humanizar é o desalienar-se, assumir o controle de seu próprio existir, tanto materialmente como intelectualmente, trata-se da configuração do *ser mais*.

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 2019, p. 40)

⁸ Inicialmente a pedagogia de Freire foi voltada para educação de jovens e adultos, ou seja, é preciso ressaltar que *A Pedagogia do oprimido* foi escrita em um contexto educacional, social e político bem específico.

⁹ A noção de “ser menos” e “ser mais” em Freire configura-se em uma espécie de ontologia do ser. Freire compreende o ser humano como inacabado e em processo constante de humanização. Educar pela liberdade é humanizar o ser humano. Neste sentido, demonstra-se como Freire reconheceu a oposição entre “ser menos” e “ser mais” (Humanização e Desumanização) dos seres humanos, em suma, a passagem de uma consciência ingênua a uma consciência crítica capaz de tornar os educandos sujeitos do processo educativo bem como de sua própria história.

Tanto é que, o conceito fundante da filosofia da educação freireana é chamado de conscientização, logo, podemos aproximar analogamente tal proposta conceitual com a noção dialética de educação proposta na alegoria da caverna de Platão. Segundo Freire, qualquer um que queira fazer transformações em sua realidade precisa se conscientizar dela, essa conscientização defendida por ele deve vir acompanhada pelo Freire chamou de *ação transformadora*¹⁰. Seria até possível fazer aqui uma analogia com o partear das ideias da maiêutica socrática, no entanto, são nesses conceitos norteadores que a proposta educacional freiriana irá se diferenciar da epistemologia platônica ganhando aspectos de uma *práxis*¹¹, de forma que a partir dessa compreensão de educação como práxis que começaremos dar uma ênfase profunda naquilo que defende Paulo Freire em sua filosofia da educação. Ao propor na obra *Pedagogia do Oprimido* que toda educação deve ser libertadora, Freire deixa claro a ideia de que a realidade é estabelecida por uma educação castradora. Nesse contexto, castrar os indivíduos em seu processo de aprendizado significa oprimi-los, mantê-los em uma condição em que perdem o controle de si mesmos, se tornam meros instrumentos de uma conjuntura social desigual do ponto de vista do saber, com efeito, do ponto de vista das condições materiais de existência. E aqui os homens se desumanizam como dito anteriormente. O que se pretende em uma educação pela liberdade é ultrapassar essa condição através de um processo de conscientização e humanização, onde a tarefa a se cumprir é deixar para traz essa realidade educacional, dominada pela concepção bancária, aquela da qual todos os esforços devem ser voltados para superar. Na crítica freiriana, dentro das figuras principais de um processo educacional, a dizer, professor e aluno, especificamente na concepção bancária, emerge a dualidade opressor e o oprimido. Essa dualidade configurada nos papéis de quem educa e de quem é educado está diretamente interligada com a realidade material dos indivíduos, não é possível para Paulo Freire desatrelar a educação dos homens de sua realidade histórica, social e econômica. De tal forma que, o debate sobre liberdade e conhecimento agora estará diretamente associado às condições materiais de sobrevivência, que por sua vez, segundo Freire, são desiguais. Educar para liberdade, principal expressão da filosofia freiriana, significa

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

¹¹ Palavra com origem no termo em grego *práxis* que significa conduta ou ação. Corresponde a uma atividade prática em oposição à teoria. As primeiras noções de práxis surgiram com Aristóteles, mas foi Karl Marx o responsável pelo aprofundamento desta concepção. Em Marx, o termo remete à transformação material da realidade. Segundo Aristóteles, a práxis é o fundamento da teoria, sendo que para Marx a teoria deve estar incluída na prática, práxis remete para os instrumentos em ação que determinam a transformação das estruturas sociais. Como uma crítica ao idealismo, o pensamento marxista descreve práxis como uma atividade que tem a sua origem na interação entre o homem e a natureza, sendo que tal só começa a fazer sentido quando o homem a altera através da sua conduta.

também, educar para dar condições ao indivíduo sobreviver por si mesmo. No entanto, a educação não deve ser voltada apenas para subsistência das necessidades materiais, pois, educar apenas para garantir os meios materiais de sobrevivência é exatamente o ponto estruturante da relação que coloca em oposição opressores e oprimidos. A educação libertadora aqui diz respeito ao desenvolvimento completo do próprio existir humano, existir significa ter consciência de si mesmo e aquele que vive oprimido pela educação castradora não possui consciência de si mesmo, o que significa que não possui conhecimento de sua própria condição de existência material, acha natural por exemplo, viver a partir de migalhas. Paulo Freire enfatiza que a relação dualista entre o opressor – representado pelo professor - e o oprimido – representado pelo aluno - é reflexo de uma estrutura que está consolidada e é pensada de tal maneira que se sustente exatamente como está. Se perguntássemos a Freire qual a razão da situação opressora, ele nos levantaria a questão sobre a educação voltada para manter as posições de classe, ou seja, impossibilitar qualquer mobilidade social, além de, naturalizar tais posições e relações sociais. A relação entre opressores e oprimidos é um alicerce para que o poder econômico - aquele que diz respeito à sustentabilidade material dos indivíduos - continue funcionando da forma que crie cada vez mais engrenagens que impossibilitam a inversão desse quadro. O que Freire quer dizer é que, a educação que deveria ser libertadora, é usada exatamente para o contrário, como dominadora. Neste modelo, maquia-se o processo, em que só por ser educação se entende equivocadamente que teremos resultados positivos. No entanto, uma educação que não se faz pela liberdade não é educação, e seus resultados materializam-se na situação de passividade com a situação de opressão. Em suma, uma educação que não liberta, que não é transformadora é aquela que reflete os interesses de uma concepção elitista (opressora), que vê na educação uma forma de alienação e estagnação do povo, trata-se do método da educação bancária.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. [...] [...] Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 2019, p. 81)

A educação bancária cumpre um papel importante na desumanização dos indivíduos, como um método às avessas daquilo que defende Paulo Freire, ela se realiza através de toda uma sistematização educacional onde se consolida o principal objetivo da educação não libertadora: oprimir. Nesse modelo educacional criticado por Freire, o professor vê o aluno como um banco, no qual deposita o conhecimento. Depois desse processo, os alunos "enriquecidos" pelos depósitos feitos pelo professor serão replicadores daquele conhecimento adquirido. Em suma, nesta visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber, o que reforça e sustenta a relação não igual entre os indivíduos, em um contexto educacional que se estende a um contexto material de existência. Trata-se de um construto ideal para estabelecer as posições opressor e oprimido, levando ao ideário das pessoas a noção de que, a educação é apenas um meio para um fim, que seria a sobrevivência material, nesse sentido, a própria educação deixa de ter um fim em si mesmo. Uma educação bancária se estabelece de tal maneira, que nas sociedades atuais, cada vez mais complexas e pautadas na meritocracia e na busca pelo sucesso que o modelo econômico exige, é aquela que se volta cada vez mais para o consumo exacerbado; uma educação tipicamente capitalista, onde o que impera é aquisição de mais bens, e não o processo de conscientização, com efeito, a luta para libertação dessas formas de opressão. O consumo aliena o povo, é uma forma de opressão que busca produzir mais para que o oprimido consuma mais. A educação se vê no meio dessa realidade consumista, de forma que as políticas educacionais percam qualquer relação dialógica entre as pessoas, pois ficam voltadas apenas para o sucesso profissional individual, descoladas de qualquer objetivo coletivo, onde, passar nos vestibulares é a regra, ou seja, o conhecimento se torna apenas instrumento de "vencer na vida", e não de conscientização. Quanto menos dialógica uma educação, mais constrói-se o educando em um ambiente alienante. Superar a educação bancária se torna fundamental na proposta educacional freiriana, aqui, mais do que um novo método educacional, temos um desafio social, pois, não se pode desassociar a relação direta entre política e educação dentro de um contexto em que, educar significa além de oprimir, excluir socialmente, não é possível separar a condição de miséria de uma maioria do povo, ao fato de serem todos frutos de uma educação bancária. É preciso uma *pedagogia do oprimido*, onde o foco seja o rompimento dessa dualidade, a libertação dos oprimidos frente aos opressores, a transformação de um ser passivo em um ser reflexivo, uma pedagogia que faz com que o homem compreenda sua importância no mundo, que transformem sua realidade. Um processo educacional que não se baseie em meros devaneios intelectuais e pedagógicos, mas, sim uma educação onde o homem, a partir de sua humanização, passe a se propor, a si mesmo, como objeto do problema. Essa pedagogia tem na sua essência a missão de desvelar aos homens

sua situação de ignorantes de si mesmo, fazendo-os reconhecer que pouco sabem de si, e o reconhecimento de seu pouco saber sobre si mesmo, se torna o anseio pela procura de respostas; no entanto, respostas sobre si mesmos e não sobre o mundo que os cerca, como acontecia até então.

O sustentáculo da educação libertadora é a superação da dicotomia opressor e oprimido. Cabe aqui a nós definirmos o que ou quem é o opressor, o que ou quem é o oprimido. O termo opressor acaba ganhando notoriedade por carregar uma intensidade maior, ou seja, quando se fala em opressor se associa a violência, força física etc. Não que não seja um tipo de violência o que ocorre na visão de Freire na educação por meio do opressor, mas aqui é preciso entender como se dá e quais são os agentes dessa relação educacional. Num significado clássico, opressor é aquele que impõe força sobre o mais fraco, que causa opressão. É um adjetivo daquilo que tem a capacidade de oprimir e um substantivo para designar o indivíduo que age com tirania. Quando Paulo Freire nos traz esse termo, é preciso ressaltar que ele se encontra estabelecido em uma dualidade dentro do processo educacional, ele busca apresentar as duas figuras que protagonizam tal processo. E nesse sentido, o educador representa a figura do opressor, ponto principal da crítica freiriana.¹² Trata-se do elemento central da educação castradora, que desumaniza, em suma, que oprime e não liberta. O opressor cumpre o papel de cercear o aprendizado do oprimido, mesmo que, não obstante, nem perceba tal função. O opressor age atendendo a interesses específicos, que buscam manter o *status quo*, cerceando o oprimido do conhecimento, o que estabelece uma divisão clara não só do ponto de vista do saber, mas também, das condições materiais de existência. Nessa dualidade educacional aqueles que se julgam sábios doam seus conhecimentos para àqueles que julgam não saber de nada, ou seja, o educador oprime, pois é ele quem possui o conhecimento que será passado para os educandos que são oprimidos, pois não podem interagir com o conhecimento passado para eles. É nesse sentido que a educação bancária se faz mais presente na vida do educando. Aqui precisamos destacar a profundidade da alienação gerada nesse contexto desumanizante, de acordo com essa concepção, o opressor oprime sem a consciência de que está oprimido, na verdade como educador, como aquele que leva o conhecimento, ele se acha como um agente do saber intocável em sua função, entendendo-se como um grande generoso que faz uma boa ação.

¹² O professor representa o opressor, pois está preso ao que representa a educação e a escola de seu tempo, é preciso entender esse contexto. Logo, aqui não se trata de uma crítica direta a figura do professor, não há demonização da figura do professor, na verdade a filosofia freiriana é uma defesa contundente do professor.

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 2019, p. 41 – 42)

O oprimido, aquele a quem se oprime; vítima de opressão, tirania, humilhação, que é dominado, que sofre violência de algum tipo. Na obra freiriana, o oprimido antagonicamente ao opressor, representa o educando, aquele que ocupa o lugar do *ser menos*, que não se reconhece com o mundo, a despeito de sua falsa liberdade, onde vive sua existência gozando daquilo que lhe resta, atendendo aos interesses do grande capital, do Estado, do sistema, não se reconhece como um indivíduo, vive cerceado do saber, vive cerceado da informação que pode mais, que tem direito a mais, que não há papel pré-definido para ele naturalmente na existência. O oprimido é o fruto maduro da educação bancária, pois, se torna apenas um receptáculo de saberes e informações diversas de um mundo determinado e acabado para ele, não tem sobre essas informações nenhum poder, nenhuma participação, não é dado a esse educando direito de interferir ele mesmo em seu próprio processo de construção cultural e social. Esse educando, se torna apenas um ser para o mundo com um papel pronto nas engrenagens sociais, onde educar-se é apenas uma etapa de uma existência voltada para mera subsistência, essa geralmente insuficiente, de forma que a educação se torna uma mera necessidade material, com vistas a sustentar a opressão de classes.

A ideia central da educação libertadora diz respeito não em eliminar concreta ou abstratamente a figura do opressor em si, mas sim a realidade dual que existe entre opressores e oprimidos, veja bem, não se elimina nenhum dos indivíduos que ocupam esse papel, mas sim, a estrutura que os coloca nesses papéis, de forma, que o objetivo dessa educação pela liberdade não diz respeito a apenas superar a exploração, pois, só isto não bastaria, é preciso superar a ideologia que naturaliza tais posições, onde opressor e oprimido dizem respeito a apenas lugares de existência.

Daí a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica o reconhecimento crítico, a “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais. (FREIRE, 2019, p. 46)

Nesse sentido, a pedagogia do oprimido não diz respeito apenas ao oprimido, o opressor na verdade também é uma espécie de vítima de seu papel, pois é também um alienado da realidade, visto que a opressão gera uma forma de ser. Para quem ocupa o papel da opressão tal posição

está tão enraizada em seu existir, que, qualquer possibilidade de perder tal status faz com que, na visão deles, eles se tornem os novos oprimidos, veja bem, numa hipotética superação da dessa condição, os opressores não se reconhecem como livres, de tal forma que, o desafio da educação pela liberdade não engloba apenas oprimidos, mas também opressores, ambos presos em um existir desumanizante, na verdade não só não são livres como têm medo da liberdade. O opressor tem medo da liberdade pois tem medo de perder a liberdade de oprimir que ele possui. O oprimido tem medo pois, assumir a liberdade traz consigo a consciência de que ele é oprimido de forma que, ou ele muda essa situação e se torna livre ou permanece na condição de oprimido. A opressão é uma ideologia, que não abarca apenas uma das partes envolvidas, mas sim todas elas, enquanto forma de pensar que domina toda uma realidade social, ela afeta tanto os oprimidos obviamente, mas também aqueles que oprimem. Nesse sentido, a desconstrução dessa realidade é um desafio que se configura não apenas na libertação dos oprimidos, mas na desconstrução de toda uma realidade. Na verdade, para Paulo Freire, os oprimidos têm a tarefa de libertar a si mesmos e os opressores, essa libertação passa por gerar uma nova convivência, onde, ambas as partes constroem um novo existir livre.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2019, p. 41)

Essa realidade dual, dominada pela ideologia de classes, traz a falsa noção de que a saída é transcender esses lugares onde, geralmente o oprimido, na verdade deseja se tornar o opressor, pois ele vê nessa mudança de status a única saída. Aquele que sofre a opressão não enxerga as causas e muito menos os meios de saída de sua situação, configura-se exatamente nesse ponto o grande mal de uma educação bancária, que cria no indivíduo a vontade de um dia ocupar o outro lado. Segundo Paulo Freire, dentro de cada pessoa oprimida existe um opressor e para que seja construído um processo de libertação, se faz necessário que o oprimido tenha consciência disso, ou seja, é preciso escancarar a dualidade que há dentro dele, é primordial desvelar o fato que existe um opressor dentro dele para quando deixar de ser um oprimido não se tornar um opressor. Esse desvelamento, exige o desafio da educação libertadora, o processo de conscientização passa por enfrentar a realidade bancária da educação (nesse modelo educacional, o oprimido enxerga naquele que oprime sua meta), mostrando ao educando oprimido a situação real em que se encontra. Os oprimidos ao se perceberem nessa posição, a

maioria deles, ao invés de buscarem a libertação, buscam apenas a inversão dos papéis, eles irão aderir a figura de quem oprime para si mesmos. Para o oprimido se reconhecer como tal, ele precisa reconhecer ao outro como opressor, quando ele sai da posição subalterna, ele apenas tem como saída assumir a posição opressora. Essa é a consequência de o indivíduo carregar as duas figuras em si mesmo. Assim, a saída emancipadora passa por ele compreender que carrega dentro de si dois conceitos antagônicos, o que causa internamente uma batalha entre ser ele mesmo ou ser os dois, o oprimido e o opressor, caso contrário, o que ocorre é a manutenção do *status quo* cada vez mais enraizado e complexo.

O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização. (FREIRE, 2019, p. 43)

A educação libertadora traça um caminho exatamente contrário à educação bancária. Se na educação bancária, o objetivo é tornar o aluno um arquivo de conhecimentos nunca questionados; na educação libertadora o que se busca é educar o homem na ação e reflexão sobre o seu existir no mundo, diz respeito a uma educação problematizadora, uma educação que se faz crítica, que se produz a partir de um diálogo entre seus agentes, a dizer educador e educando, favorecendo assim a capacidade de interagir com o conhecimento produzido. A educação libertadora é dialógica e tem como meta superar a superioridade ideológica entre educadores e educandos.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é encontro em que se solidarizam o refletir e o agir e seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformados e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2019. p. 109)

A essência do método é a palavra¹³ enquanto ação e reflexão, construindo assim uma práxis pelo saber, onde, a palavra se torna direito de todos e não apenas de um lado. Paulo Freire defende nesse sentido que se faça uma educação baseada em um diálogo, mas um diálogo

¹³ Para Paulo Freire, toda palavra é um tipo de “mundo”. Depois que se lê, esse mundo enquanto palavra reúne o que era o mundo de fora com o que é o mundo de dentro. Assim, nenhuma leitura é igual e ninguém lê o mesmo livro, mesmo que se repita a leitura do mesmo livro já será outro.

transformador, revolucionário, onde professor e aluno, ao se relacionarem, possam sentirem-se como iguais, num sentido vertical, onde haja um equilíbrio entre a autoridade do professor e a importância do aluno no processo. Isso diz respeito a não colocar o aluno como inferior, pois, essa posição diz respeito à concepção bancária; na concepção libertadora, o aluno não obstante ocupar o papel de quem está aprendendo, aprende, mas o faz a partir de sua própria realidade, pois, esse aprendizado tem que possibilitá-lo transformar essa realidade. Como é possível transformar uma realidade que ele não conhece, e muito menos sabe pronunciá-la? Paulo Freire dizia que pronunciar o mundo é transformá-lo, pronunciar o mundo é desvelá-lo para si mesmo. Por isso o diálogo é fundamental, pois dialogar é pronunciar o mundo em que se vive, comunicar-se com ele, e isso diz respeito a proferir “palavras”, é só com palavras que o educando irá pronunciar sua realidade para assim transformá-la. É a partir das palavras que se pode realizar alguma mudança do ser no mundo e do próprio mundo, palavras que se fazem de forma reflexiva e dialógica com outras pessoas, elas surgem com a intenção do ser em mudar sua realidade. O diálogo pela palavra capacita ao educando entender-se, mas acima de tudo, se enxergar capaz de mudar sua condição. Quando ele percebe que consegue definir e expressar a si mesmo, está ocorrendo uma revolução, a partir disso, começa a desaparecer a hierarquia, e ele começa a se conscientizar sobre a dualidade da opressão, assim inicia-se um nivelamento das partes e a superação da educação bancária, tornando a educação uma educação dialógica, fazendo do educando aquele que é educado e que também educa e do educador aquele que educa enquanto também é educado. Para Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 27), o educador deve ter respeito a autonomia, a dignidade e a identidade do educando. Aqui configura-se uma educação libertadora, que por ser dialógica prima pela comunicação, supera a ideia de autossuficiência que não condiz com o diálogo, mas, sobretudo, liberta os indivíduos do medo das palavras, do medo de se comunicar e de pronunciar como estão e o que são. Para Paulo Freire a palavra é sobretudo ativa, é trabalho, é uma constante práxis em vistas de transformar o mundo. A palavra de forma alguma deve ser privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Sendo direito, ninguém profere palavras sozinho, muito menos dizer palavra pelos outros, o que configura um roubo das palavras de outrem. A palavra é um dever transformador do mundo.

Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos

constitutivos. Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. (FREIRE, 2019. p. 107)

Mas, tal “palavra” não se resume a signos vazios de significado, ela deve estar diretamente ligada aos temas educacionais do processo, temas estes que ele denomina de temas geradores. Os temas geradores dizem respeito a espécies de “estopins” que iniciam e norteiam a jornada educacional que irá levar o educando a sua libertação e a sua auto conquista da autonomia. Tais temas, de forma alguma, devem ser os conteúdos fechados e hierarquizados propostos no modelo educacional vigente tão criticado por Freire, pois trata-se da base da educação bancária. Os temas geradores, são aqueles retirados da própria realidade do educando, ou seja, o educador deve imergir na realidade própria daquele que ele educa, pois assim não só os educadores terão voz, mas também os alunos, já que não serão imersos em uma realidade distante ou desconhecida, mas sim, estarão familiarizados com os temas no processo de aprendizado. Aqui, trata-se de uma ideia de não adaptar à realidade social ao conceito, mas o inverso, adaptar o conceito à realidade social. Nesse sentido, Freire afirma que precisamos codificar a situação existencial do educando, que significa representá-la na interação entre o mesmo e sua própria realidade, trata-se de realizar junto a ele uma análise crítica, assim supera-se o abstrato e chega-se ao concreto. É isso que torna a realidade passível de crítica. A crítica é a descodificação. Descodificar o tema que emerge da realidade existencial do educando é exatamente realizar junto a ele essa análise crítica, onde o sujeito irá reconhecer-se na representação dessa situação de existência codificada.

A descodificação da situação existencial provoca esta postura normal, que implica um partir abstratamente até o concreto; que implica uma ida das partes ao todo e uma volta destes às partes, que implica um reconhecimento do sujeito no objeto (a situação existencial concreta) e do objeto como situação em que está o sujeito. (FREIRE, 2019. p. 135)

Agora codificado, ou seja, ampliado ao olhar real do educando, esse tema gerador retirado do próprio existir do educando é importante, pois possibilitará surgir outros assuntos também dentro da realidade descrita. De forma que, teremos um construto educacional que faça parte do mundo dos educandos, onde o tema não fica alheio ao que eles sentem, vivem e experienciam. Para Paulo Freire, (2019, p. 119 - 120). “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”. Aqui o papel do educador é apenas

mediar, a partir de sua preparação, de seu entendimento da realidade e de seu posicionamento pela conscientização, de forma que, ele estará presente para realizar mediação entre as reflexões dos alunos levantando questionamentos, debates, gerando reflexões e posicionamentos para que neste processo haja reflexão sobre o assunto em questão. É preciso reforçar que tais posições não inferiorizam a figura do educador, muito pelo contrário, pois o papel do educador é fundamental, no sentido de superar em si mesmo a concepção de um ser superior, acompanhar o crescimento do aluno como um mediador, de forma que, inclusive ele vai crescendo e aprendendo com isso. Não obstante, quem educa possui um conhecimento técnico conceitual, seu desafio, aquilo que o torna primordial no processo é conseguir fazer com que tais conceitos sejam acolhidos pelo educando, e não absorvidos, acolhidos de forma que sirvam como meio de transformação na vida deles. O educador se torna importante nessa jornada exatamente por ser muito mais nobre se colocar como coadjuvante em detrimento a um protagonismo que deve pertencer ao educando.

Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade começa não quando o educador-educando se encontra com os educando-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. (FREIRE, 2019, p. 115)

Segundo Freire, a educação não pode se tornar “coisa”, uma espécie de mecanismo do qual se faz um uso puramente artificial. A educação é humanista, ela não se limita a ações e decisões puramente específicas, com vistas a atingir partes ou resultados isolados numa existência; na verdade, uma educação que se faça pela liberdade, ou seja, na concepção de Freire, uma verdadeira educação, uma educação humanista busca a totalidade. Uma educação popular não pode ser feita sem o povo. Trazer para dentro do método educacional a própria realidade de seu principal alvo, é trazer para si aquele que importa, a dizer, o povo, as pessoas, o homem, isso é buscar a totalidade. É nesse contexto que se cria a partir dos temas geradores o conteúdo programático de uma educação, conteúdo esse que não é imposto ao povo, a quem se coloca no papel de educando, mas nasce dele. Tal conteúdo nada mais é do que fruto daquela investigação temática, da imersão do educador na existência concreta do educando. Esse conteúdo é o fruto da codificação e descodificação citada, uma espécie de investigação, um investigar profundo da realidade em que o resultado não é devolvido ao educando como dissertação, mas como reflexão. A tarefa do educador dialógico é devolver o universo temático do educando como uma problemática a ser discutida.

Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhes conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores. Conteúdos que, às vezes, aumentam estes temores. Temores de consciência oprimida. (FREIRE, 2019, p. 120)

Apresentar esse resultado como reflexão, é na verdade estabelecer no processo uma ação simplificada, possibilitando ao educando ser parte protagonista dele, uma codificação simplificada e plural, onde se cria diálogos para se reduzir os temas em busca de focos fundamentais que dizem respeito a realidade concreta daquele da qual se deve voltar a educação libertadora. O que Freire objetiva com essa concepção é transformar o processo educacional em questão em uma ação cultural, isso é exatamente estabelecer a existência concreta do oprimido seu principal foco educacional, consiste em desvelar a ele sua condição a partir de seu próprio nicho cultural.

Na medida em que realizam a “descodificação” desta “codificação” viva, seja pela observação dos fatos, seja pela conversação informal com os habitantes da área, irão registrando em seu caderno de notas, [...] as coisas mais aparentemente pouco importantes. A maneira de conversar dos homens; a sua forma de ser. O seu comportamento no culto religioso, no trabalho. Vão registrando as expressões do povo; sua linguagem, suas palavras, sua sintaxe, que não é o mesmo que sua pronúncia defeituosa, mas a forma de construir seu pensamento. (FREIRE, 2019, p. 146)

Estabelecer o tema gerador nesse sentido, é investigar junto ao educando seu próprio pensar, que diz respeito a entender e escancarar qual o papel dos homens em suas próprias existências, de forma que nesse momento inicia-se a verdadeira educação pela liberdade, inicia-se a práxis educacional proposta por Paulo freire.

A maior relevância da ação educacional transformadora defendida por Paulo Freire se encontra na figura da práxis. Uma educação problematizadora que não só reflete a realidade, mas também a transforma, necessita de uma constante ação conjunta entre teoria e prática. Dentro da defesa de uma educação revolucionária, que desconstrói a realidade social de desigualdade e opressão, resgatar o conceito de práxis, de tradição marxista e associá-la ao conceito de prática pedagógica é extremamente oportuno. A primeira questão essencial que, para Freire coloca a práxis como fundamental em um processo educacional é a importância da aliança entre teoria e prática. O que ele quer dizer é que não há teoria que se faça relevante sem uma prática que a torne útil, da mesma forma que, prática realizada sem conteúdo, ou seja, sem pesquisa, estudo, preparação conceitual é mera ação aleatória cega e repetitiva. No contexto da práxis, teoria e prática são elementos interligados e necessários, de forma que se

complementam, o sentido de uma está na relação com a outra. Numa interpretação marxista, uma práxis é a atividade social e humana que se manifesta e se realiza a partir da realidade e na realidade. Nesse sentido, práxis designa a atividade que produz historicamente a unidade entre a teoria e a prática, entre o homem e o mundo, entre o sujeito e o objeto. Nessa perspectiva, enquanto algo específico do ser humano, a práxis torna-se uma atividade criadora, transformadora, que produz e transforma o homem social, seu meio, sua consciência e suas ações no mundo real. A práxis construída por uma dialética oferece os meios necessários para se estabelecer e compreender as relações entre o indivíduo e suas relações sociais. Diante desse contexto, a educação libertadora freireana prescinde dessa junção entre prática educacional e práxis, de forma que aqui há uma aproximação clara e consciente da *pedagogia do oprimido* com o materialismo histórico-dialético de Marx. A filosofia marxista dentro sua vasta proposta de intervenção teórica, busca apresentar um entendimento da vida e prática humanas associadas à transformação do mundo a seu favor. Veja bem, nas *Teses sobre Feuerbach* escritas por Karl Marx provavelmente em 1845 e mais tarde editadas por Friedrich Engels e publicadas em 1888, na tese 11 Marx diz: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. Tal tese, diz respeito à busca marxista por essa transformação social. Nessa perspectiva, a práxis é concebida não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. A práxis concebida por Freire não é nada diferente no que diz respeito ao âmbito educacional, podemos então traduzir a ação dialógica que é base da filosofia da educação freiriana, como algum tipo de filosofia educacional da práxis. Uma educação pela liberdade se faz por meio da compreensão e intervenção da realidade histórica e social desenvolvidas a partir da categoria da práxis. É na educação e é pela práxis que o homem enquanto ser social transforma seu meio e se autotransforma, se recria, ou seja, na educação o homem transforma suas condições sociais da vida que é, ao mesmo tempo, autocriação e criação coletiva de si mesmo. A práxis educativa freireana é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, o que favorece a mudança da consciência humana da estrutura social e a uma aproximação crítica, reflexiva da realidade estudada. Daí aqui, voltar a importância de os temas geradores emergirem da própria realidade dos educandos, gera-se o tema a partir da própria realidade social do aluno. O professor, não obstante, ao levar o conceito, o faz de forma, que esse conceito nada será sem a prática, nesse caso, do próprio educando. Por exemplo, explicar o conceito de cidade não fará nenhum sentido transformador, se não for explicado usando a cidade vivida e experimentada e narrada pelo próprio educando. Nesse sentido, a práxis seria a própria construção dos temas geradores, com vistas a formar uma pedagogia dos homens na luta por liberdade, uma pedagogia humanista e libertadora, diz respeito a uma prática

de pensar a própria prática, que se renova através de um trabalho sistematizado do conhecimento e de uma postura crítica, onde estabelece-se em um aprofundamento na realidade em questão. A educação pela liberdade proposta por Paulo Freire é uma educação da práxis porque é popular, é uma educação popular porque tem como foco a humanização, a conscientização, a emancipação, a dialogicidade e a problematização. É uma educação como parte de um sistema maior que está para além de reproduzir a ideologia que mantém o *status quo*, essa educação evidencia as contradições que caracterizam a sociedade contemporânea, assumindo um espaço nas instituições onde a educação sistemática está acontecendo e acabam por alterar o papel reprodutor da ideologia dominante, configurando assim, a prática transformadora. Para Paulo Freire um projeto educacional não é apenas projeto pedagógico, é também projeto político.

Notadamente qualquer projeto político educacional não pode prescindir da instituição chamada escola.¹⁴ Assim, a partir da crítica aqui descrita, dentro de qualquer contexto a escola deverá ser completamente revista se se quer realizar uma revolução no âmbito da educação. Uma educação pela liberdade, tal qual propõe-se aqui não se sustentaria numa estrutura escolar contaminada pela educação bancária. Segundo Paulo Freire, é fundamental que se façam revoluções nas mais diversas partes que formam o processo educacional. Em busca de uma educação libertadora, não há espaço para reformismos, uma edificação que se encontra toda comprometida, não será recuperada com reformas pontuais, é preciso colocar abaixo esse “prédio”, e se levantar outro do zero, esse sim, baseado dentro das premissas de uma educação voltada verdadeiramente para liberdade. Essa edificação, diz respeito à instituição escola. Mas porque a escola está condenada, e não se pode salvá-la? Paulo Freire na introdução a obra *Cuidado, escola!*¹⁵, diz:

Enquanto categoria abstrata, instituição em si, portadora de uma natureza imutável da qual se diga é boa, é má, a escola não existe. Enquanto espaço social em que a educação formal, que não é toda educação, se dá, a escola na verdade não é, a escola *está sendo* historicamente. A compreensão do seu *estar sendo*, porém, não pode ser lograda fora da compreensão de algo mais abrangente que ela – a sociedade mesma na qual se acha. A educação formal

¹⁴ Instituição que oferece o processo de ensino para discentes (alunos), tem como objetivo, formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. A palavra escola vem do grego *scholé*, que significa "ócio" - o mesmo que "lazer ou tempo livre". Este significado advém do conceito de escola na Grécia Antiga, que, diferente do que vemos atualmente, era uma reunião, um momento, em que os cidadãos gregos tiravam um tempo livre para discutirem sobre filosofia e alguns comportamentos sociais. A partir da idade média, a escola, começa um processo de mudança longo em que irá ganhar um novo sentido: formar trabalhadores para atuarem no mercado de trabalho em prol do desenvolvimento econômico.

¹⁵ HARPER, Babette. *Cuidado, escola!* – 24ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

que é vivida na escola é um subsistema do sistema maior. As relações entre eles – subsistema e sistema maior – não são contudo mecânicas. Se não se pode pedir à escola, o que vale dizer, à educação formal, que se torne alavanca das transformações sociais, não se pense, por outro lado, que ela seja um puro reflexo do sistema que a engendra. Daí a afirmação com que começo esta breve introdução: enquanto categoria abstrata, instituição em si, portadora de uma natureza imutável da qual se diga é boa, é má, a escola não existe. Daí também que não seja a *escola* que esteja em crise, como astuta e ingenuamente se insiste em apregoar. Fala-se da crise da escola como se ela existisse desgarrada do contexto histórico-social, econômico, político da sociedade concreta onde atua; como se ela pudesse ser decifrada sem inteligência de como o poder, nesta ou naquela sociedade, se vem constituindo, a serviço de quem e desservindo a quem, em favor de que e contra que. (HARPER, 1987, p. 07)

A educação formal que é vivida na escola é um subsistema de um sistema maior. Ora, o contexto educacional bancário é ferramenta desse sistema maior para construir aquela relação entre o opressor e o oprimido que aqui tanto criticamos. Logo, nesse modelo, a escola está condenada a ser uma instituição opressora, como dito, não se pode descolar a escola do contexto histórico, econômico, social e político de uma sociedade; em outras palavras, ela está ali para atender os interesses deste contexto. A escola que estamos falando aqui, diz respeito a sua existência concreta, aquela que sustenta à instituição enquanto base estruturante de um modelo educacional, e, enquanto tal, engloba toda sua mecânica de funcionamento, a dizer, professores, ferramentas pedagógicas, didáticas etc. É nesse sentido que Paulo Freire define que a escola enquanto categoria abstrata não existe, pois, essa escola é o concreto da educação bancária. No contexto da obra *Cuidado, escola!*, os autores irão descrever em textos, diálogos, dados estatísticos, ilustrações e imagens as diversas situações que conotam o fracasso da escola. Tal abordagem mostrará a escola de tal forma que, ficará claro que o fracasso dela na verdade configura o seu sucesso; sucesso esse, visto do ponto de vista dessa instituição escolar enquanto existência concreta que atende especificamente aos interesses bancários da educação. A escola reproduz o interesse da sociedade que se beneficia da divisão entre os opressores e os oprimidos. A relação entre as classes no contexto criticado aqui e como dissemos anteriormente transcende a questão puramente posicional, não se trata apenas de ocupar um lugar de classe, trata-se de um construto mental. A estrutura escolar como é concebida se torna uma das principais propagadoras e sustentáculos destas posições ideológicas. “A escola reproduz a divisão da sociedade em categorias sociais distintas” (HARPER, 1987, p 36). Como ressaltado por Paulo Freire, na escola enquanto engrenagem do sistema capitalista, o problema educacional não diz respeito ao resultado positivo ou negativo, visto que dentro desse sistema, onde rege a educação bancária, essa dualidade é uma mera abstração. Assim, nessa estrutura escolar, errar na verdade

significa acertar. Uma educação castradora e excludente diz respeito exatamente a separar os alunos em classes, em suma, aqui na verdade tal estrutura escolar cumpre o que se propõe, que especificamente diz respeito a determinar as posições de classe na base educacional. Se os resultados escolares determinam diretamente a profissão que os jovens irão seguir, essa profissão estará sempre atrelada a classe social da qual tal aluno pertence, de forma que, a escola mantém engrenagens voltadas para reproduzir tal divisão, impossibilitando qualquer ascensão social. Toda existência conjuntural da escola é elemento estruturante daquilo que aqui tanto tratamos e criticamos, que castra os indivíduos em sua liberdade mental e material. Como dito, um processo educacional escolar engloba toda sua gama de mecanismos que o fazem funcionar, é por ela que desde a tenra infância começa-se o processo de alienação onde a criança será determinada a uma posição pré-estabelecida em sociedade.

Imediatamente depois do maternal, a criança de seis anos é “parafusada” numa cadeira dura para estudar palavrório durante horas e horas. [...] Haverá maneira melhor de aprender a submissão? Isso penetra nos músculos, sentidos, tripas, nervos e neurónios... Trata-se de uma verdadeira lição de totalitarismo. [...] Não, não é um acaso. É um plano. Um plano desconhecido para os que cumprem. Trata-se de domar. Domesticar fisicamente essa máquina fantástica de desejos e prazeres que é a criança. (HARPER, 1987, p. 47)

A escola que trabalha minuciosamente voltada para funcionar em prol de um objetivo castrador, nada mais é também que uma engrenagem maior de todo um sistema nefasto, cujo objetivo é manter as relações de classe exatamente como devem na concepção capitalista. Ainda no texto *Cuidado, escola!*, os autores destrincham como essa engrenagem funciona. Ao não levar em conta as diferentes condições materiais, culturais, as experiências de vida, os próprios núcleos familiares diferentes, a escola maquia sua responsabilidade nos fracassos sociais, jogando-o completamente aos indivíduos e famílias. Colocando na cabeça dos alunos desde cedo a ideia da competitividade, do materialismo exacerbado, promove-se o individualismo ao invés da solidariedade. Assim, em um eterno “cada um por si” qualquer fracasso individual é resultado de um não esforço próprio, toda configuração social que os alunos carregam por si e trazem para escola é desconsiderada, de forma que pouco a pouco, aqueles que não atingem resultados, ou seja, não vencem a competição vão, além de, interiorizando, também aceitando uma posição inferior na sociedade. Em contrapartida, outros vão tendo a certeza de serem superiores, partícipes de uma elite, posição essa, fruto de um mérito próprio. Veja aqui o que Paulo Freire nos dizia sobre opressores e oprimidos estarem muito além de posições, sendo essa relação uma ideologia construída na mente dos indivíduos. Nesse caso, a educação bancária é fundamental, a ideia do professor detentor do saber pleno é primordial nessa engrenagem maior.

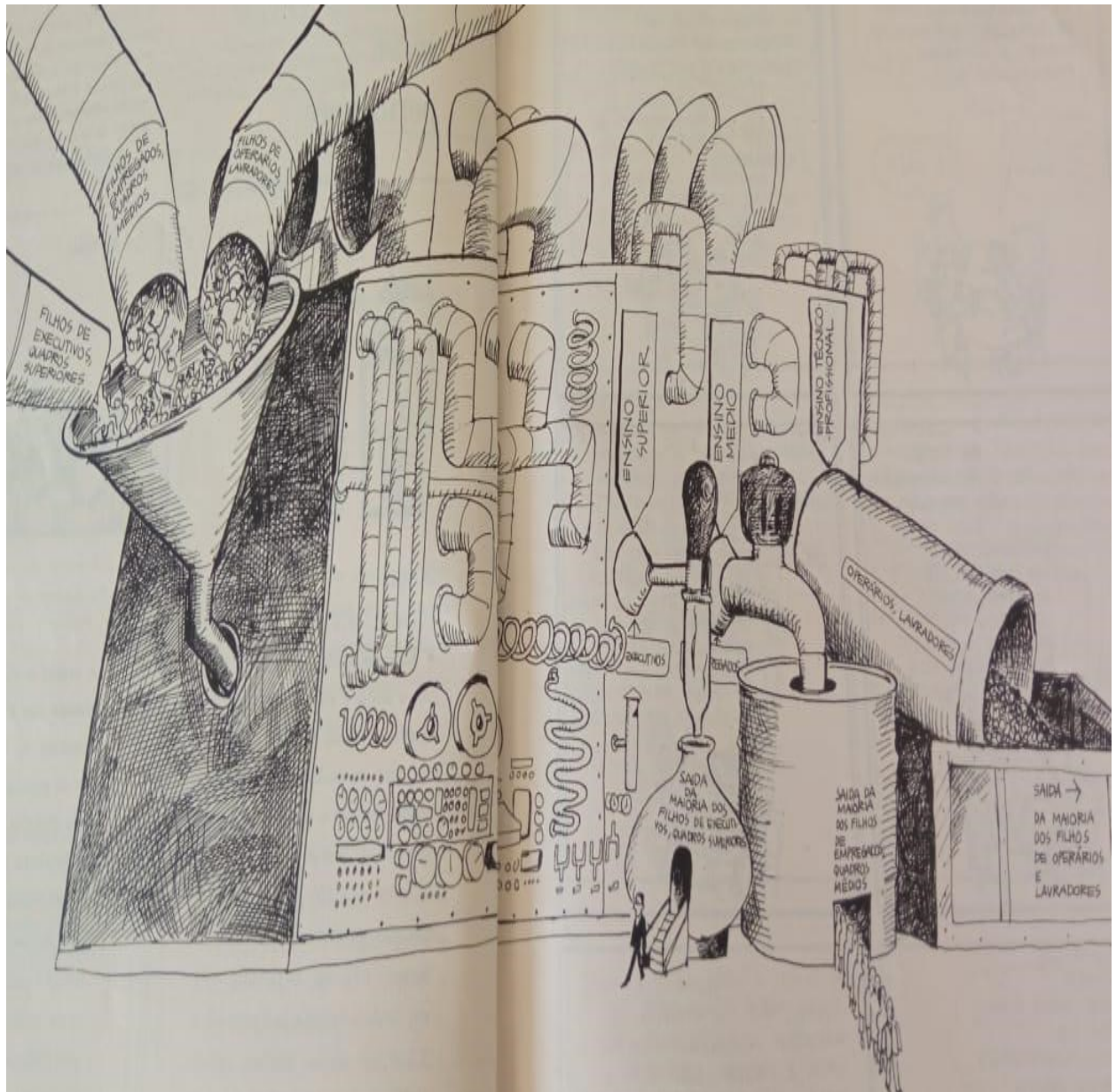
É natural que o aluno introjeta essa imagem na mente, carregando assim sempre a noção de existir alguém numa posição de saber mais, inclusive nas relações materiais de sobrevivência. Daqui vem a submissão, o medo do conflito, do questionamento, do debate, disso resulta a massa de indivíduos despolitizados que se entregaram a suas vidas medíocres sem perspectivas, e completamente resignadas.

A escola não nos ensina a falar uma língua estrangeira nem nossa própria língua, não ensina a cantar ou a servir-nos de nossas mãos e nossos pés; não ensina qual é a alimentação sadia; como conseguir orientar-se no labirinto das instituições; de que modo cuidar de um bebê ou de uma pessoa doente, etc. Se as pessoas não cantam mais, mas *compram* milhões de discos em que profissionais cantam por elas; se não sabem mais comer, mas *pagam* o médico e a indústria farmacêutica para tratar dos efeitos da má alimentação; se não sabem como educar os filhos, mas *alugam* os serviços de educadores diplomados; se não sabem consertar um radinho ou uma torneira, nem como curar uma gripe sem remédio, ou cultivar uma alface, etc., tudo isso acontece porque a escola tem como objetivo inconfessável fornecer às indústrias, ao comércio, às profissões especializadas e ao Estado, trabalhadores, consumidores, clientes e administrados sob medida. (HARPER, 1987, p. 89)

A escola é mais favorável aos alunos social e culturalmente privilegiados, de forma que reproduz as desigualdades, pois, não leva em consideração as diferenças sociais, materiais de sobrevivência de seus alunos. Não leva em conta as diferentes estruturas culturais, ideológicas, nem mesmo a conjuntura que tais questões formam nas diversas famílias. Mas como destacado, ela é só a engrenagem de todo um sistema maior, não se pode resumir nela a resposta absoluta dessa reprodução de desigualdades, de tal sorte que, é claro que é preciso levantar outras questões. Mas, é a questão educacional o ponto chave dentro do que tratamos aqui, nesse sentido, quanto mais determinante for a influência, por exemplo, de um diploma, – que só se adquire dentro desse sistema educacional - mais marcantes serão as desigualdades escolares e mais profunda será a reprodução das desigualdades sociais. Com efeito, a função dada à escola pelas diversas sociedades irá determinar a amplitude da reprodução social. Assim, a reprodução primeiro irá passar pela transformação das desigualdades sociais em desigualdades escolares quase que numa simetria, depois, das desigualdades escolares em desigualdades sociais, criando um ciclo vicioso proposital, mas que isso, um ciclo necessário ao funcionamento do sistema. As escolas existem para repetir dentro de seus muros um modelo político de desigualdade social, em que alguns poucos são favorecidos com condições de ensino adequados ao seu capital cultural e econômico, em detrimento de muitos que não serão selecionados e nem mesmo incentivados a levar seus estudos adiante, pois, sua bagagem de vida é completamente desprezada. Não se pode esperar que esse padrão social mude para que a escola se transforme

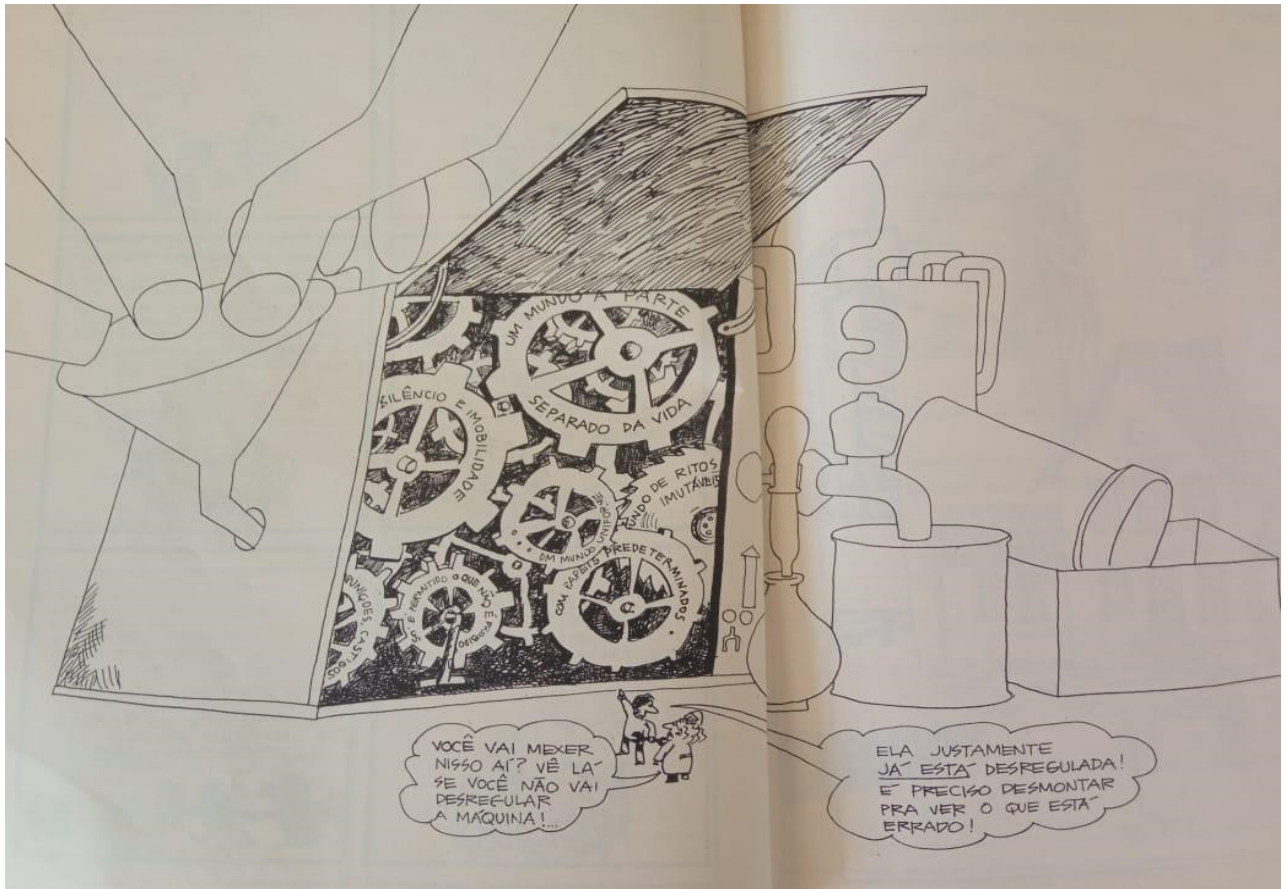
e enfim, progrida. As engrenagens não falham, são feitas assim, para funcionarem assim, cada uma delas interligadas a outra, fazendo a roda da educação girar em prol da divisão da sociedade entre opressores e oprimidos. Não há maneira de fugir de tal processo, a não ser, destruir toda mecânica que move essas engrenagens, e é esse também o papel da educação libertadora.

Figura 1 – Cuidado, escola!



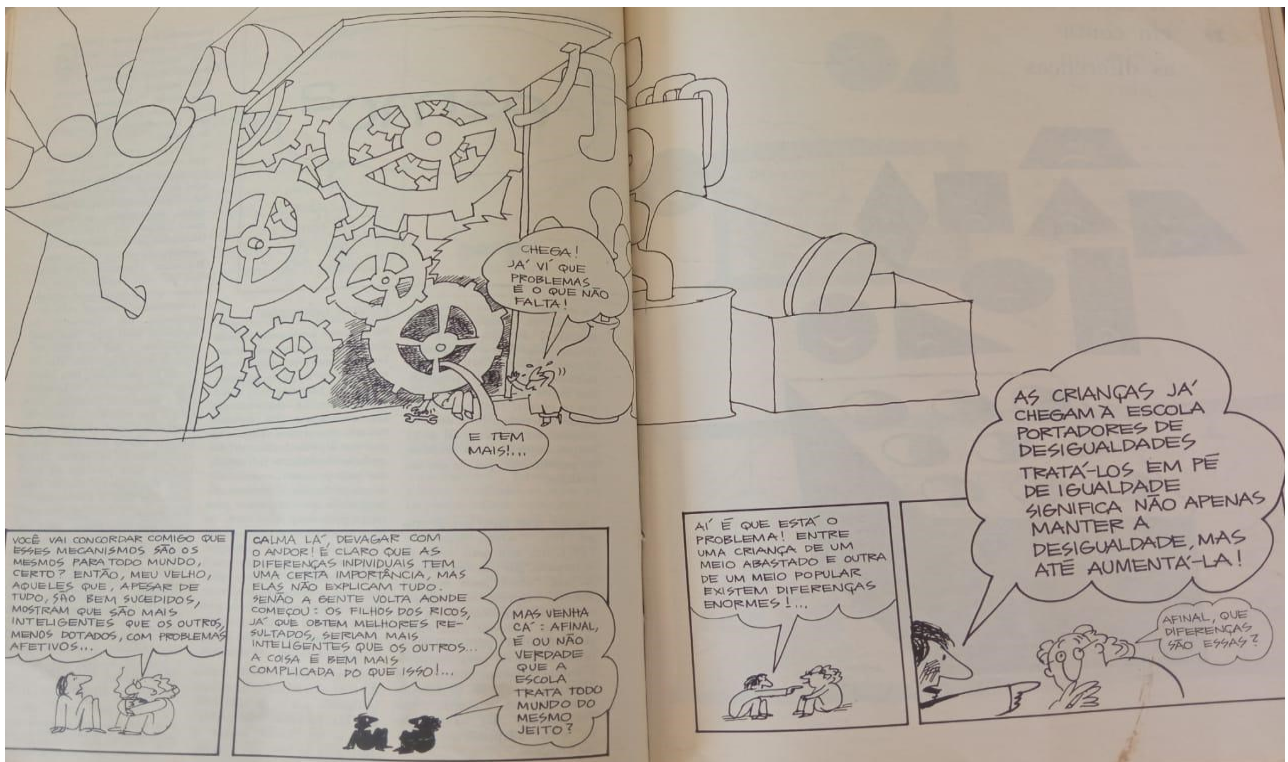
(CUIDADO, ESCOLA!, 1987, p, 36 – 37)

Figura 2 – Cuidado, escola!



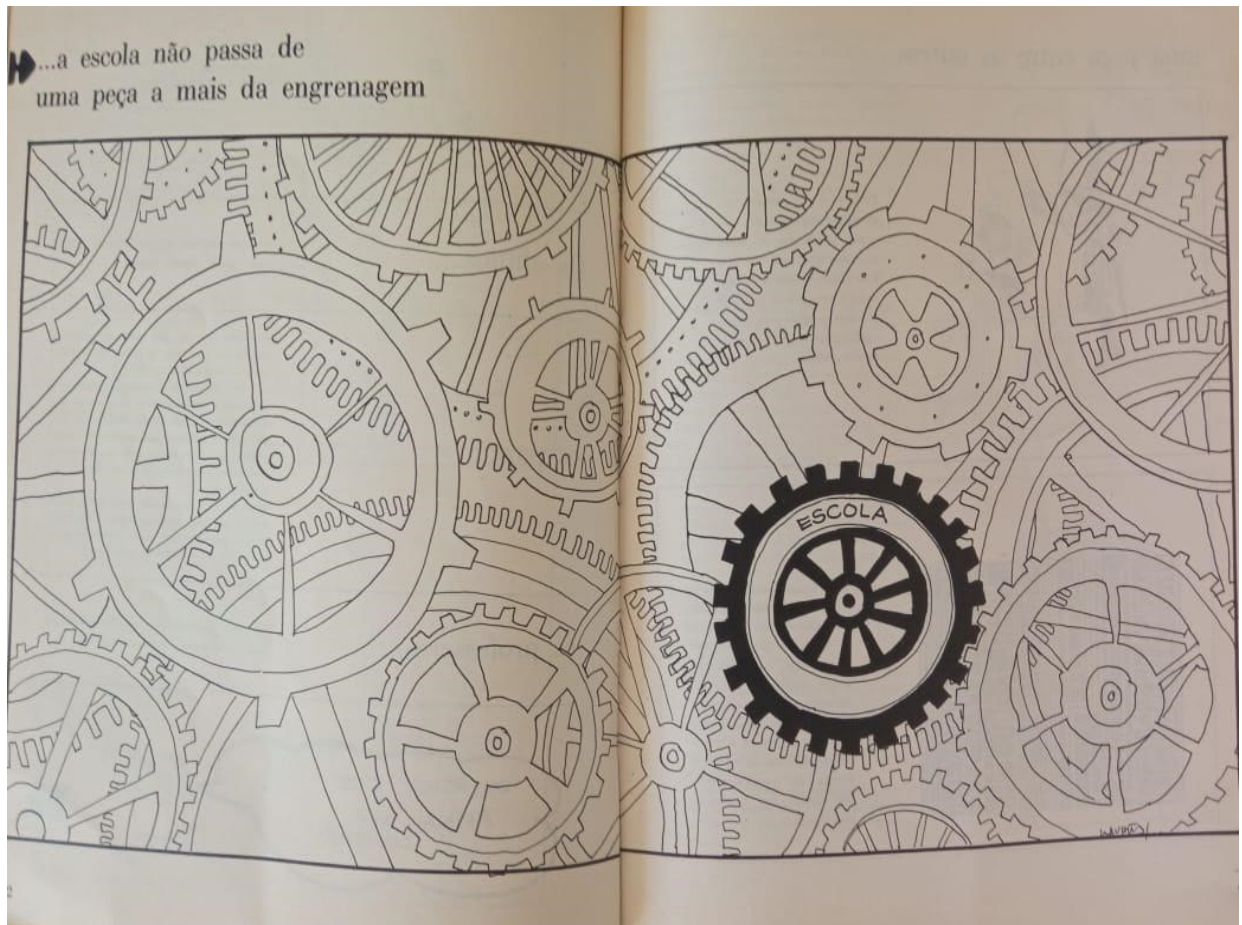
(CUIDADO, ESCOLA!, 1987, p, 40 – 41)

Figura 3 – Cuidado, escola!



(CUIDADO, ESCOLA!, 1987, p, 70 – 71)

Figura 4 – Cuidado, escola!



(CUIDADO, ESCOLA!, 1987, p, 92 – 93)

Diante dessa reflexão proposta, que transcende a ideia de apenas mais um debate ou reflexão vazia sobre o tema educação, pois, aqui colocamos um fato de como a ignorância é um mal a ser combatido, nos cabe agora propor caminhos em busca daquela educação libertadora. Se ela ainda se apresenta como uma tarefa difícil enquanto um processo revolucionário, tanto Paulo Freire quanto o Livro *Cuidado, Escola!* nos colocam em posição de pensar alternativas. Aliás, desde a alegoria da caverna podemos propor saídas pontuais em busca de uma mudança maior. A leitura atenta desses textos, nos levam a entender melhor e mais consciente a educação como de fato é. Desmistifica a educação, desconstrói a escola tradicional e apresenta a realidade por trás da ideologia. A problemática escolar é maior e mais ampla do que se pensa no senso comum. Assim como as soluções transcendem o que geralmente se propõe. A Escola necessita de uma revolução, uma mudança radical, mas, para além disso, é preciso uma outra revolução, que é desmascarar a problemática social a fim de romper com a ligação do sucesso educacional com a classe social do aluno. A educação como cultura e como política, não pode ser posse do opressor como é dentro dessa sociedade, só assim pode-se pensar em romper com a alienação

produzida por elas. Tudo isso vai configurar-se como aquele árduo caminho para fora da caverna, é preciso enfrentá-lo, romper essas correntes, e assim, atingir a luz e superar a ignorância. De tal sorte que, possamos construir uma nova visão de mundo, consciente, plural e diversa, ou seja, aquele que rompe as correntes de sua própria condição de alienado e ignorante, rompe também pelo menos um elo de correntes maiores, as correntes da ignorância de toda uma sociedade. Assim, agora, precisamos tratar da questão política que se associa a tudo isso que aqui foi tratado.

A IGNORÂNCIA POLÍTICA.

“Obedecer à lei que se prescreve a si mesmo é um ato de liberdade.”

Jean Jacques Rousseau.

A reflexão acerca da relação entre liberdade e ignorância não se apresenta como uma tarefa simples, o que era de se esperar, mas, não apenas não é simples tratar de um tema tão diverso, é também complexo tratá-lo de forma objetiva. A palavra Liberdade vem do latim *libertas* e significa a condição do indivíduo que possui o direito de fazer escolhas autonomamente, de acordo com a própria vontade. Em geral, Liberdade é classificada pela filosofia, como autonomia, autodeterminação, independência do ser humano, o que significa uma forma em que o indivíduo controla sua própria existência.

Na filosofia antiga, Sócrates e Platão trataram da questão da liberdade na citada alegoria da caverna. Mas talvez tenha sido Aristóteles que tenha dado as primeiras definições ao tema, segundo ele, a liberdade está baseada na possibilidade de realizar escolhas orientadas pela vontade, mas, ela deveria estar acompanhada do conhecimento. O conhecimento é a ferramenta capaz de ampliar as possibilidades de escolha e tornar o indivíduo mais livre e capaz de realizar sua finalidade, que é ser feliz.¹⁶ Na filosofia medieval, a liberdade significa livre-arbítrio. Os homens são dotados de uma liberdade dada por Deus para que livremente tenham possibilidade de seguir os ensinamentos Dele para alcançarem uma vida virtuosa orientada pela fé. Na filosofia moderna, John Locke estabeleceu as raízes do pensamento liberal, onde a vida passa a ser orientada pelas leis e inaugura-se a liberdade civil, os indivíduos devem ser livres, tendo um Estado como guia e protetor de seus direitos a vida, liberdade e propriedade privada. De acordo com Kant, ser livre é possuir autonomia, ser capaz de tomar decisões, trata-se do direito de o indivíduo criar regras para si mesmo, que devem ser seguidas racionalmente. Essa liberdade só ocorre realmente, através da vontade em conformidade com as leis morais baseadas na própria razão autônoma. No século XX, Sartre afirma que a liberdade é uma maldição para o homem, pois é a condição de vida do ser humano. Os seres humanos estariam condenados a serem livres e são obrigados a realizar escolhas para construir sua própria existência. Como visto, a liberdade pode ser entendida em um sentido amplo ou mais restrito, são várias as possibilidades de compreensão e especulação sobre a questão, depende de como especificamente o tema será tratado. A filosofia estabelece essas possibilidades ao iniciar a especulação filosófica, e será a partir dessas especulações que será possível traçar uma linha de raciocínio e de definição para liberdade. Na antiguidade vemos uma aproximação entre a questão da liberdade e do conhecimento, na era medieval a liberdade ganha contornos religiosos, já na modernidade a questão do direito civil torna-se o ponto maior quando se trata

¹⁶ Aristóteles (384 a.C./322 a.C.), dedicou todo um livro à questão da felicidade: a “Ética a Nicômaco”. Nela, a partir de uma série de raciocínios ele conclui que a maior virtude de nossa “alma racional” é o exercício do pensamento, pelo que, segundo ele, a felicidade chega a se identificar com a atividade pensante do filósofo.

do que é ser livre. Talvez na contemporaneidade essas questões se entrelacem, tornando o debate mais complexo.

Nos capítulos anteriores nos atemos a fazer um traçado específico sobre a questão da liberdade, procuramos de alguma maneira definir tal conceito, mas não sem antes associarmos tal noção a questão do conhecimento e da ignorância. Ou seja, talvez aquela ideia de uma ignorância da própria condição existencial seja a grande representação da liberdade da qual estamos tratando. Se o fato de “não saber” é uma espécie de prisão, a busca pelo conhecimento é o ato de se libertar. É dessa maneira, que a educação pela liberdade de Paulo Freire ganhou destaque. Veja como a questão da objetividade aqui não é o ponto mais relevante. Na verdade, o que buscamos foi dar destaque e defender uma relevância primordial nos dias de hoje ao grande mal causado pela ignorância, essa vista de uma maneira geral. Com efeito, a liberdade aqui é de alguma forma sinônimo de conhecimento, seja de si, seja do mundo. Nesse sentido, a filosofia da educação de Paulo Freire foi e é fundamental, pois, eleva a questão para um debate educacional, define claramente o que é liberdade nesse ponto de vista, além de propor saídas e soluções para o problema lançado. A associação com a alegoria da caverna de Platão não foi apenas pontual, foi primordial tendo em vista aproximação da proposta freiriana com a especulação filosófica antiga, a dizer a relação entre liberdade e conhecimento, em que o conhecimento se apresenta como condição única para a liberdade dos homens, e a não imposição nem submissão entre o educador e o educando. Se Paulo Freire é fundamental quando se debate educação, conhecimento e liberdade, não menos importante é ter noção do que ele estava falando, entender seu contexto, as origens de sua proposta e a quem ela se dirige. Dentro da questão da subjetividade do tema será importante ressaltar o contexto e os objetivos da proposta freiriana. Freire propôs um método educacional que se apresenta como libertador, pois entendia que o método de seu tempo era exatamente o oposto, um método castrador. Nesse sentido, se Paulo Freire escreveu em um tempo em que, na sua concepção os indivíduos eram privados de liberdade pois eram excluídos do conhecimento, o método educacional vigente nesse mesmo contexto tinha como função manter essa privação do saber e da liberdade. De forma que, Freire escreve uma obra dentro de uma realidade bem específica, voltado para um nicho bem definido, onde conceitos como professor opressor, oprimido, educação bancária dentre outros devem ser compreendidos de forma bem conceitual, mas guardadas as diferenças de tempo e público-alvo.

A princípio, o foco de Paulo Freire era a formação de jovens e adultos, na época, 300 adultos foram alfabetizados em 45 dias. Ele colocou o método em prática pela primeira vez na alfabetização de cortadores de cana. Aqui fica bem claro a necessidade de compreensão do método freiriano inicialmente como proposta e só depois como prática. É dessa forma que será possível compreender o que é a educação pela liberdade defendida por ele. Compreender o método freiriano e a quem ele se dirigia é primordial para que anacronismos conceituais não ocorram. Um exemplo claro é a figura do professor na análise freiriana, mais especificamente na crítica que Freire realiza ao modelo educacional de sua época, intitulado por ele de educação bancária; nela, o professor representa o opressor, pois está preso ao que representa a educação e a escola de seu tempo.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação, e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 2019. p. 81)

Entender isso é obrigatório em qualquer leitura da obra de Freire, para que não se entenda sua filosofia como uma crítica direta a figura do professor. A compreensão dessa crítica evita que numa leitura apressada se enxergue nesse texto uma demonização da figura do professor que já é tão desvalorizado em nosso sistema educacional. Longe disso, nem Freire nem essa nossa reflexão propõe isso, muito pelo contrário. Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire busca refletir acerca de como a educação escolar, está organizada para reproduzir os processos de dominação e de como a metodologia e a pedagogia de ensino desenvolvida nesse modelo de escola está a serviço da manutenção dos processos de dominação de classe, de opressão daqueles que tem menos recursos, de forma que, os indivíduos se vêm presos, pois, são privados do conhecimento. A escola executa essa dominação de uma forma sutil, propondo uma educação na qual a relação entre os indivíduos – entre professor e estudante – acontece numa perspectiva vertical. De um professor que sabe tudo, que tem conhecimentos, saberes, e de um estudante que nada sabe, em que a perspectiva de vida e a experiência de vida do estudante não é importante.

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela) [...] [...] o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram [...]. (FREIRE, 2019. P.79)

Perceba, o professor se torna um tirano, um ser superior, que não reconhece no aluno nada além de um depositário do mestre em questão. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador depositante.” (FREIRE, p. 80, 2019). Mas longe de serem os culpados por essa situação, o que Freire quer dizer é que o professor também é uma vítima, que também carece do método libertador. A educação pela liberdade assim, não é uma inimiga do professor, não está aí para diminuí-lo, mas sim para elevá-lo a seu lugar de merecimento. Freire conclama ao professor a ser mediador na descoberta da liberdade pelos seus alunos e, os alunos, por sua vez, ele chama para serem libertadores de si mesmos. Nos vimos que sua ideia era a de que professores e estudantes se percebessem como tal e, a partir da percepção de dominados, pudessem se libertar, inclusive se libertar da perspectiva que a própria pessoa tem de achar que é dominante.

A libertação do professor, vai de encontro a dissolução do modelo bancário de educação, com efeito, o fim das escolas autoritárias. A escola autoritária é a base do professor opressor. Então é esse modelo autoritário de escola o grande inimigo do professor. Quando se pensa nos opressores como aqueles que oprimem e proíbem os oprimidos do ser mais, essa relação revela um autoritarismo inerente, pois o autoritarismo é a negação da liberdade do outro, onde, há apenas o indivíduo autoritário ditando todos os passos a serem seguidos, se mostrando como o único ser que detém o conhecimento, que se estabelece em uma relação de tirania e superioridade. Veja bem, se nos dias de hoje – mesmo ainda sendo a educação bancária o método, tal escola autoritária não é mais dominante, no contexto freiriano o autoritarismo era pré-requisito da procura dos pais por escolas, daí a necessidade de evitar anacronismos ser de suma importância. Feito isso, a reflexão e a análise se tornam mais precisas. É nessa precisão que podemos aproximar a ideia de liberdade, educação e conhecimento num debate atual de liberdade política. Paulo Freire trata de tal questão dentro da própria reflexão educacional. De acordo com ele, se é o autoritarismo a negação do outro (2019) há também uma relação inversa a essa, pautada em uma negação total da autoridade, daquele aluno que age indisciplinada e desregradadamente, que Freire (2019) chamou de licenciosidade. Percebam nesse caso que autoridade é algo diferente de autoritarismo. Autoritarismo é quando os educadores têm a palavra onipotente, em que somente ele sabe e não dá ouvidos aos outros. Autoridade é quando os educadores têm posicionamentos, no entanto podem ouvir dialogar, combinar e associar ideias. Para Freire, é preciso buscar o equilíbrio nas atividades pedagógicas, de forma que a liberdade e a autoridade devem sempre andar juntas, o ser autoritário anula a liberdade e, além disso, sua própria liberdade. Mas também, não há construção de saber quando a liberdade se

desequilibra e entre em cena a licenciosidade; quando o aluno se sente no direito de fazer o que quiser e não reflete as consequências de suas atitudes. Ou seja, a educação pela liberdade não corresponde a uma falsa noção de liberdade, onde atos se tornem opressões, pois, transcendem, por exemplo, a existência do outro. Essa concepção equivocada de educar pela liberdade gera cidadãos egoístas e despreocupados com o outro. No âmbito político da cidadania, é mesma coisa de quando o cidadão se entende acima dos interesses coletivos. Nesse contexto, adentramos à uma reflexão dos males da ignorância atualmente de maneira bem propícia. Depois de ficar claro que anteriormente nos atemos a iniciar a reflexão com as noções norteadoras do tema e que devemos usar filtros adequados ao contexto quando trazermos tais temas e autores, agora é o momento de levantar os questionamentos adequados aos nossos tempos refletindo as questões da liberdade enquanto sociedade, a luz de assuntos bem atuais, como liberdades individuais, fascismo, negacionismo etc. Tratar nesse contexto da necessária relação entre a liberdade com o conhecimento, inclusive para não se confundir ser livre como direito a oprimir os outros.

No decorrer deste texto falamos que a ignorância é a maior chaga da humanidade. Vimos que com um processo educacional que propaga intencionalmente essa ignorância ela se torna cada vez mais aceitável, ou seja, o comportamento tipicamente ignorante é tratado como opção. Sabe-se que a falta de estímulos que levem o indivíduo a despertar a consciência, ausência de curiosidade em aprender, a negação e desvalorização do conhecimento científico hoje acabam fazendo parte do processo de formação e de socialização dos indivíduos. Isso ocorre seja pela forma como se educam os indivíduos para uma fraca consciência do mundo e de si mesmos, ou pela ação dos meios existentes que, nem sempre são o melhor veículo de aprendizagem e que acabam por conduzir as pessoas para a ignorância sem que se apercebam. É ignorante quem não sabe, quem não quer saber, como quem desvaloriza o conhecimento comprovado, ou dúvida do saber científico obtido através dos seus métodos rigorosos. A questão que emerge de todo esse processo de ignorantização da sociedade, questão que deve ser levada em consideração diz respeito aos efeitos diretos disso na vida coletiva. A falsa noção de liberdade propagada por aqueles que se encontram no seio do comportamento ignorante nos coloca exatamente dentro desse debate sobre a relação de liberdade e coletividade. Existe uma liberdade individual absoluta com relação a coletividade, quais são os limites quando se trata de tomar decisões para si que são contrárias aos interesses coletivos? Talvez cheguemos num ponto que o simples saber e conhecimento não signifique a libertação completa, ou a solução para tudo e todos os problemas. Como explicar aqueles que não estão entre os aliados do conhecimento, do saber,

que não são parte daqueles ignorantes e mesmo assim se coloquem em posições nefastas no que diz respeito a coletividade? Como se viu, Aristóteles afirmava que todo homem aspira conhecer e ser feliz. Será ainda verdadeira esta afirmação na nossa época? Porque na sociedade contemporânea podemos constatar que todos desejam primeiro ser feliz, mas poucos se interessam em adquirir conhecimento sistemático filosófico ou científico e meditar sobre os fundamentos históricos e culturais em que eles são produzidos. Essa ignorância “intencional” pode desencadear efeitos danosos para todos, pois ela se torna a base dessa noção de que as liberdades individuais estão acima de tudo, como, por exemplo, a liberdade de ser ignorante, mesmo que tal ignorância, se torne em grande escala um mal para a sociedade. Talvez este tipo de ignorância seja a forma mais equivocada, porque se sustenta na doxa, em opiniões convicções pessoais ou de grupos, preconceitos e pseudociência. Em tempos que governantes se colocam abertamente contra o esclarecimento da população e incentivam a divulgação de notícias falsas, acabamos também, fixando uma época em que se deturpa completamente a ideia das liberdades individuais. Tem se tornado cada vez mais frequente, atualmente, a existência de grupos de pessoas que manifestam e defendem uma suposta liberdade de ser ignorante. Assim, os componentes de tais grupos recusam-se a tomar vacinas, a aceitar que a terra seja redonda. Essa opção pelo direito à ignorância é viver na obscuridade, recusando-se a crer nos avanços da ciência que inegavelmente nos proporcionou muito mais conforto do que tiveram as gerações anteriores. Nessa cruzada por liberdades individuais, acabamos por ver as mais absurdas defesas que afrontam completamente o bem coletivo. O fato é que não há uma autorização constitucional à ignorância, por meio do exercício da liberdade, não se deve propor uma liberdade individual que transcende a coletividade exatamente porque isso significa ir contra a própria liberdade. Quando se opta por um caminho em que não se leva em consideração o outro, na verdade se está apenas exercendo uma liberdade de romper a liberdade do outro. Trata-se da liberdade de oprimir, de realizar manipulação da ignorância alheia para tirar vantagens para si e seu grupo, sem preocupações acerca dos riscos a que expõem a coletividade. Estes que se valem da ignorância e do estado de alienação gerado por ela, defendem que podem, a partir do direito de liberdade, fazer o que quiserem, inclusive a partir da propagação de notícias falsas, que distorcem a verdade e criam um ambiente de dúvidas e contradições em temas comuns que alcançam diretamente a vida das pessoas. Com efeito, por meio de um suposto exercício da liberdade individual e do direito de escolha, nos deparamos com comportamentos nocivos, que longe de contribuir destroem a própria noção de democracia, inclusive daqueles defensores mais profundos do liberalismo. É preciso entender que numa sociedade regida por leis a liberdade tem limites impostos pelo bem comum, nem tudo é

possível ao indivíduo que, no exercício de sua liberdade, não pode causar mal aos outros integrantes da sociedade. O estímulo à ignorância se dá exatamente na aproximação entre a moral e a política, onde o escárnio de certos políticos pode nos levar a barbárie, em que viver em uma comunidade deixa de ser compatível com os princípios da liberdade. Veja bem, defender contra todas as provas ideias negacionistas, representa um tipo de egoísmo mais mesquinho, visto que a constituição visa normatizar a existência em sociedade, com vistas ao bem de todos, não sendo por ela permitidos comportamentos que levem à morte e à destruição, que são defendidos pelos propagadores da ignorância, esse é um comportamento inaceitável, pois, de início, começam negando a ciência e posteriormente recusam-se ao cumprimento da lei! Assim, a ignorância não é tolerável nem na concepção jurídica, o Direito não tolera a ignorância de forma alguma, pois ninguém descumpra a lei dizendo que não há conhecimento, e se assim fosse, ainda estaria sujeito às sanções dela.¹⁷ Veja, é dever das pessoas conhecer minimamente as normas sociais para conviver harmoniosamente, pois, sem tais limites, na verdade, não há liberdade.

Ao se decidir pela negação da razão e pelo caminho da ignorância o ser humano parte para um caminho que poderá levá-lo à destruição e à morte. Este comportamento se contrapõe à formação do Estado moderno, que segundo o filósofo, escritor, teórico político e influenciador dos ideais iluministas, Jean Jacques Rousseau, deve, pela lei, garantir que todos sejam, livres na concepção de uma convivência social. Rousseau nos colocava a frente da questão sobre como as liberdades individuais não podem se sobrepor aos interesses coletivos. Não existe direito de não obedecer a lei, isso não se configura como liberdade, na verdade, para Rousseau, só há liberdade em uma sociedade civil se ela é regida por leis, a suposta liberdade individual que se coloca como sobreposta à coletividade, não é liberdade. As ideias de Rousseau trouxeram problemas e perseguição, tanto que elas tiveram bastante aceitação nos movimentos revolucionários, ele se tornou um grande inspirador do movimento iluminista francês, que desejava romper as correntes que as classes dominantes impunham aos mais pobres. Em sua obra, Rousseau propôs achar um caminho para que as pessoas vivessem juntas mantendo-se livres da mesma forma que seriam no estado de natureza, na medida que também obedeceriam às leis impostas pelo Estado.

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece.

¹⁷ Artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942).

[...] [...] Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. (ROUSSEAU, 1973. p. 38 - 39)

Se isso era possível ou não, Rousseau idealizou uma saída: a vontade geral¹⁸. Tal ideia propõe que os indivíduos devem renunciar a liberdades individuais em prol da comunidade. Dessa forma, deve haver leis que restrinjam o comportamento das pessoas, de maneira que, as ideias de liberdade e obediência às leis estatais se complementavam. Quando os indivíduos se juntam em sociedade, acabam por formar um corpo, um tipo de existência abstrata, em que cada cidadão faz parte de um todo bem maior em relação à individualidade de cada um. É o que Rousseau chamava de *povo*.

Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras [...] [...] quanto aos associados, recebem eles, coletivamente, o nome de povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto partícipes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado. (ROUSSEAU, 1973. p. 39 – 40.)

Para o filósofo, as pessoas estariam livres na sociedade quando estivessem sob o julgo de leis que, de fato, refletissem a vontade geral, a vontade desse corpo formado pelos cidadãos, e não a leis que beneficiassem somente grupos ou individualidades específicas. Nesse contexto, haveria um legislador, que estabeleceria as melhores regras que convenham a coletividade. Ele teria a função de criar um sistema que permitisse que os indivíduos se mantivessem livres de acordo com a vontade geral, ao invés de buscarem suas próprias realizações às custas da perda da liberdade de outros. A verdadeira liberdade, para Rousseau, se configura em agir de acordo com o interesse da coletividade, em que as vontades individuais convergissem para o que fosse melhor para todos e que as leis evitassem que pessoas agissem de forma egoísta. E se alguém discordasse, não aceitasse tal associação? Deveriam ser forçados a isso! Seriam forçados a serem livres! Sim, para Rousseau isso não era contraditório, pois, na verdade, esse seria o verdadeiro ato de liberdade. O indivíduo é obrigado a ser livre na medida em que é livre de sua própria vontade mesquinha e egoísta, quando é levado a pensar no que é melhor para todos, pois, viver em sociedade exclui a possibilidade de pensar somente em si, do contrário, o resultado será o fim das relações sociais e das instituições sociais. A ideia de vontade geral pressupõe a aceitação de que os homens, para viverem em sociedade, devem se sujeitar as regras que lhe são impostas. No entanto, essas leis devem basear-se na vontade do Estado em praticar o que é melhor para todos. Quando as leis favorecem a um grupo específico de pessoas, o

¹⁸ Considerado um conceito muito abstrato, metafísico a noção de vontade geral trata-se de um esforço de Rousseau em atingir a verdadeira noção de coletividade. Não se trata de uma concepção numérica, mas, aquilo que há de comum nas consciências humanas em quantos partícipes da autoridade soberana e súditos de sua própria soberania.

próprio *povo*, que se configura na sociedade, como um corpo único, deve levantar movimentos revolucionários que objetivam resgatar o ideal de bem comum e a vontade geral.

Dito tudo isso, devemos e podemos concluir sim, que a pior das prisões é a que priva os indivíduos do conhecimento, pois, essas correntes se espalham por todos os lados, ser ignorante não significa apenas não saber, diz respeito também a uma postura baseada na privação de uma educação pela liberdade aos outros. Como disse Paulo Freire, o sonho do oprimido é ser o opressor, isso quer dizer que uma sociedade onde a ignorância reina, não há postura humanista, não se enxerga na lei o respeito a liberdade do outro, pelo contrário, para os que vivem inseridos nessa condição, a lei é a privação de sua própria liberdade. De tal sorte que, onde não há educação pela liberdade, onde não se propaga a consciência política, em suma, onde os indivíduos ainda se encontram dentro da caverna, só há um resultado: seres desconectados da noção de coletividade e da sua própria condição. São indivíduos que até privados das condições mínimas de sobrevivência nem se percebem assim, de forma que alienados que são vão defender suas próprias correntes.

CONCLUSÃO

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaios dos exploradores do povo.”

Bertolt Brecht

Diante de todo esse exposto percebe-se o quão relevante é pensar na relação entre conhecimento e liberdade, esta relação dita numa ligação direta entre saber e ser livre, quero dizer, compreender a ignorância aqui como uma prisão e antagonicamente o conhecimento como liberdade. Nada mais claro que a alegoria da caverna como referência e nada mais justo que a proposta pedagógica de Paulo Freire como o modelo prático dessa referência. Foi o que tentamos aqui trazer, uma reflexão que indique diretamente não só a análise do tema em questão a luz dos diversos pensadores, nem só a pura e simples reflexão, mas junto a tudo isso, nosso objetivo foi provocar uma busca constante por possíveis soluções, a dizer, até pedagógicas que direcionam os indivíduos rumo ao conhecimento, logo, a superação da ignorância. A partir da compreensão de tudo aqui colocado, em relação à complexidade que permeia a prática pedagógica, ela exige um olhar mais minucioso, sendo imprescindível para esse processo, não só a análise de filosofias clássicas como de Sócrates e Platão, mas, também, uma dedicação total as contribuições de Freire, que vê o homem como ser em transformação, produto e processo do movimento dialético das relações tanto sociais como culturais, na qual pertencem. Com efeito, percebemos que na visão de Freire a pedagogia da liberdade tem uma importante função no processo de transformação, para isso, deve proporcionar procedimentos pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que seja causadora de atitudes emancipatórias empenhadas com a transformação das relações sociais, essas voltadas para a afirmação do sujeito no mundo como um *ser mais*, ou seja, um ser capaz de se perceber como livre e autônomo; ao mesmo tempo, esse *ser mais*, deve ser aquele consciente de sua existência coletiva, isto é, plural. Assim, a prática pedagógica, ganha papel de destaque, quando relacionada à construção do conhecimento.

E é esse propósito do texto que nos desafia, fazendo-nos pensarmos e analisarmos o nosso campo de trabalho: a escola. Apesar, de todas as limitações próprias das políticas públicas educacionais - docentes com pouca formação e baixos salários, crianças, jovens e alunos em geral em condições desiguais, salas lotadas, - a escola vai continuar sendo o ponto chave da questão, é por ela que a práxis freiriana a luz da dialética socrático/platônica pode acontecer. Nesse sentido, volta-se toda práxis em direção a superação da existência dual opressor/oprimido, tal dualidade que diz respeito ao ponto de vista do conhecimento, das condições materiais de sobrevivência e até em um nível puramente mental tem de ser desfeita na direção então da formação do *ser mais*. Esse indivíduo livre, independente, capaz de ser no mundo e com os outros nada mais é do que o cidadão rousseauiano, aquele que foi tratado na visão de Rousseau, o ser consciente de sua liberdade, mas, sobretudo, consciente de que essa

liberdade se trata da liberdade legal, que considera o outro e que coloca acima do individualismo os interesses que atendem o bem comum. Esse é o cidadão que ultrapassa a ignorância política, em suma, o cidadão livre sem romper a liberdade de outrem.

Como conclusão é relevante reforçar essa proposta, a de provocar a análise e reflexão de algumas questões que podem, do nosso ponto de vista, - baseado nessa compreensão de que o conhecimento emancipa o indivíduo em seus diversos níveis existenciais, - ser cruciais para a prática pedagógica, se tratando da construção do conhecimento e emancipação dos sujeitos, fazendo-nos pensar em relação aos momentos que planejamos nossa prática docente. Levantarmos diversas perguntas acerca de tudo que aqui foi colocado no âmbito desse exercício pedagógico. Independente da resposta é importante sabermos que através desta análise, talvez seja possível elaborar estratégias pedagógicas voltadas para a humanização de todos aqueles que enxerguem na educação a única oportunidade de se perceber como parte integrante do mundo, olhá-lo, vive-lo e transformá-lo, só assim haverá chance de superar o analfabetismo, seja epistemológico, ontológico ou político, ou seja, só assim supera-se a ignorância.

REFERÊNCIAS

CECCON, C.; HARPER, B.; OLIVEIRA, M.D.; OLIVEIRA, R.D. (Apresentação de Paulo Freire) *Cuidado, escola!* – 24ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. - 45ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. - 71ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Paz e Terra, 2019.

PLATÃO. *A República*. Tradução Pietro Nasseti. - 1ª ed. São Paulo, Editora Martin Claret, 2006.

PLATÃO. *Teeteto - Crátilo*. In: Diálogos de Platão. Tradução do grego por Carlos Alberto Nunes. 3a. ed., Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

REALE, Giovanni. *História da filosofia: antiguidade e idade média*. - 3ª ed. São Paulo, Editora Paulus, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução Lourdes Santos Machado. – 1ª ed. Porto Alegre, Editora Abril Cultural, 1973.

SOUZA, Mauricio. *As sombras da Vida*. ‘Mônica Nº 129’, Editora Abril, 1981.